



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
01 e 02/07/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Cursos sobre Biossegurança no Turismo – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 02/07/2021
3. Começa hoje discussão sobre o futuro do turismo no RN – TULIO LEMOS – Rio Grande do Norte – 01/07/2021
4. CNC assume conselho representativo do Mercosul – DIÁRIO DO TURISMO – São Paulo – 01/07/2021
5. CNC: semestre fecha com maior percentual de endividados desde 2010 – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 01/07/2021
6. Endividamento das famílias renova recorde e chega a 69,7% em junho, diz CNC – VALOR ECONÔMICO – Rio de Janeiro – 01/07/2021
7. CNC: semestre encerra com 70% das famílias brasileiras endividadas – VERSÁTIL NEWS – Rio Grande do Norte – 01/07/2021
8. Donos de micro e pequenos negócios superam a crise com gestão financeira equilibrada – VERSÁTIL NEWS – Rio Grande do Norte – 01/07/2021
9. Assembleia decide adiar instalação da CPI da Covid – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 02/07/2021
10. Com alta em maio, RN soma 7.798 vagas abertas no ano – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 02/07/2021
11. Recuperação da economia contrasta com desemprego – AGORA RN– Rio Grande do Norte – 01/07/2021
12. Operação investiga compra da SMS – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 02/07/2021

13. Natal inicia vacinação para público com 42 anos – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 02/07/2021
14. RN tem menor taxa de ocupação desde fevereiro – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 02/07/2021
15. Covid tem números expressivos e mata dezenove potiguares por dia – AGORA RN– Rio Grande do Norte – 01/07/2021
16. Natal prevê aulas presenciais a partir da próxima semana – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 02/07/2021
17. Índice de confiança do consumidor sobre em junho – AGORA RN– Rio Grande do Norte – 01/07/2021
18. Turismo volta com força em 2022 – O GLOBO – RIO DE JANEIRO - 02/07/2021
19. Vendedor de vacinas reafirma à CPI pedido de propina relatado à Folha - FOLHA – SÃO PAULO - 02/07/2021
20. Repórter achou Domingueti ao investigar negócio da Davati - FOLHA – SÃO PAULO - 02/07/2021
21. Ex-diretor confirma encontro, mas nega pedido de propina e sugere armação - FOLHA – SÃO PAULO - 02/07/2021
22. Presidente ironiza denúncia de pedido de propina na Saúde - FOLHA – SÃO PAULO - 02/07/2021
23. Diretor autorizou R\$ 1,6 bi para Covaxin apesar de pendências - FOLHA – SÃO PAULO - 02/07/2021
24. Denúncias de corrupção põem reformas em risco e preocupam equipe econômica - FOLHA – SÃO PAULO - 02/07/2021
25. Limite a IR simplificado pode dobrar tributo para classe média - FOLHA – SÃO PAULO - 02/07/2021

26. Emprego formal volta a acelerar em maio e país cria 280,7 mil vagas - FOLHA – SÃO PAULO - 02/07/2021
27. Brasil ultrapassa 100 milhões de doses aplicadas de vacinas contra a Covid-19 - FOLHA – SÃO PAULO - 02/07/2021
28. Presidenciáveis defendem reformas tributária e política - ESTADÃO – SÃO PAULO - 02/07/2021
29. Mercado Bitcoin recebe aporte de R\$ 1 bi - ESTADÃO – SÃO PAULO - 02/07/2021
30. Fiocruz obtém IFA para 20 milhões de doses extras - VALOR – RIO DE JANEIRO - 02/07/2021
31. Avanço da variante Delta é risco para o país - VALOR – RIO DE JANEIRO - 02/07/2021
32. GRÁFICOS

RELATÓRIO

Os cursos sobre biossegurança no Turismo, ofertados pelo Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, foram destaque na imprensa potiguar. Eles serão focados no Plano de Retomada do Turismo do Estado e são gratuitos. As aulas começam no próximo dia 21.

Segue sendo noticiada a participação de Alexandre Sampaio, presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) e membro do Conselho de Turismo e Hospitalidade da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no II Fórum de Turismo de Nísia Floresta. Ele apresentará hoje uma palestra com o tema “Vai Turismo – Rumo ao Futuro”, projeto da CNC.

Na circulação nacional, uma matéria sobre o esse mesmo projeto da CNC, “Vai Turismo – Rumo ao futuro”, esteve presente no jornal impresso de O Globo. O texto fala sobre o objetivo do evento online, que pretende integrar propostas do setor turístico do país, para uma forte retomada em 2022.

A CNC assumiu o conselho representativo do Mercosul. O grupo foi criado em 1992 para alinhar o setor empresarial em relação ao livre-comércio entre os países da América do Sul.

A Confederação também apareceu na imprensa com dados relacionados ao percentual de endividados no primeiro semestre de 2021: 69,7% das famílias brasileiras tem alguma dívida, em atraso ou não. Segundo a CNC, este é o maior patamar de endividamento familiar desde 2010, quando iniciaram a pesquisa. A notícia apareceu tanto na imprensa potiguar quanto na nacional.

Já nas manchetes potiguares, a Assembleia Legislativa decidiu adiar a instalação da CPI da Covid no RN. A maioria dos deputados votou a favor em relação ao adiamento. A bancada da oposição criticou o adiamento. O deputado Getúlio Rego questionou a situação por tratar a formação do bloco parlamentar de seis partidos como uma “manobra externa” e interna da Executiva Estadual do PSD.

Uma operação investiga um suposto superfaturamento de respiradores pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS Natal). Segundo a investigação, há indícios de irregularidades, além do superfaturamento, os aparelhos tinham origem duvidosa e estariam obsoletos, sendo descartados por outras instituições.

O Rio Grande do Norte somou 7.798 vagas abertas de emprego este ano. O Estado já recuperou metade das 15,7 mil demissões que ocorreram entre março e maio de 2021. Este é apontado como o melhor saldo desde 2010.

O índice de confiança do consumidor em relação à economia cresceu pela primeira vez desde outubro do ano passado, chegando a 69 pontos em junho. O avanço foi de três pontos em relação a maio.

Os leitos de UTI estão com a menor taxa de ocupação desde fevereiro no Estado. Segundo dados do portal Regula RN, a taxa era de 65,28, com 270 leitos críticos em uso. Por outro lado, os óbitos por Covid seguem acontecendo no Estado e, em média, mata 19 potiguares por dia.

A capital potiguar pretende retomar as aulas a partir da próxima semana. A secretária de Educação de Natal, Cristina Diniz, pretende que seja a partir do dia 7 de julho, no formato híbrido. Os critérios citados são a taxa de transmissibilidade da covid abaixo de 1 no município e a ocupação de leitos críticos.

Natal inicia nesta sexta-feira (2) a vacinação para pessoas com mais de 42 anos sem comorbidades. Os demais públicos e categorias prioritárias também retomarão a aplicação dos imunizantes.

Brasil ultrapassou a marca de 100 milhões de doses aplicadas contra a Covid-19 nesta quinta-feira (1º). Atualmente, 16,52% da população com mais de 18 anos está completamente imunizada, seja com duas doses ou com vacina de dose única.

A Fiocruz obteve Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFA) suficientes para produzir 20 milhões de doses extras do imunizante AstraZeneca. O material será entregue nos meses de agosto e setembro. Isso descarta a interrupção da produção de vacinas por falta do insumo.

O avanço da variante Delta no hemisfério Norte está colocando o Brasil em alerta, já que pode ser um grande risco para o país. Até o momento, não houve detecção da mesma no território nacional, porém especialistas dizem que ela pode se tornar dominante. A aceleração da vacina e as medidas sanitárias preventivas são apontadas como as únicas que podem impedir um grande número de mortes ou até uma nova onda da doença.

Já na Política, a propina relacionada a vacinas continua aparecendo nas manchetes. O vendedor que representa a Davali Medical Supply reafirmou à CPI da Covid que recebeu o pedido de propina de um diretor do Ministério da Saúde na compra de imunizantes contra a Covid-19. Sobre o tema, o presidente Jair Bolsonaro chegou a ironizar a denúncia do pedido de propina, chamando-a de 'propininha de R\$ 2 bilhões'.

Por outro lado, o ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, negou que tenha cobrado propina do vendedor, porém, confirmou que eles se encontraram. Roberto também está sendo mencionado na autorização de reservar R\$ 1,6 bilhões para a compra da Covaxin.

As denúncias de corrupção do governo colocam as reformas em risco e preocupam a equipe do Ministério da Economia, principalmente pelas eleições estarem perto. Os assessores do ministro Paulo Guedes já calculam o risco de o cenário atual de escândalos afetar, não só o andamento das reformas, como o formato final dos textos em discussão no Congresso.

Com as eleições chegando em 2022, os presidenciáveis começam a aparecer e participam de debates. Ciro Gomes (PDT), Eduardo Leite (PSDB) e Luiz Henrique Mandetta (DEM) defenderam as reformas tributária e política, convergindo mais do que discordaram nas formas de como superar o momento de crise. Os três avaliaram que a pandemia exige respostas imediatas nos campos econômico e social e discutiram questões como a crise energética, Sistema Único de Saúde (SUS), desmatamento da Amazônia e desenvolvimento.

Na Economia, a reforma do governo relacionada ao limite do Imposto de Renda simplificado pode dobrar o tributo para a classe média. Atualmente, este limite é de R\$ 40 mil por ano para que o contribuinte possa realizar a declaração. Segundo o projeto, o desconto de 20% fica restrito a quem recebe o valor, tendo até R\$ 8 mil de abatimento.

O ritmo da criação de empregos formais volta a acelerar no mês de maio, criando 280,7 mil vagas no país. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O Mercado Bitcoin recebeu um aporte de R\$ 1 bilhão. O fundo Softbank fechou um acordo para investir o valor na plataforma, sendo o maior aporte do fundo no setor na América Latina. Eles utilizarão estes recursos para alcançar cerca de 700 funcionários até o fim de 2021.

02/07/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/os-novos-planos-de-touros/514439>

Cursos sobre Biossegurança no Turismo

O Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, está oferecendo novos cursos gratuitos focados no Plano de Retomada do Turismo do RN. A seleção dos candidatos será feita de acordo com a ordem de inscrição. As aulas começam no próximo dia 12.

São 150 vagas para os cursos de Boas Práticas de Prevenção à Covid em Meios de Hospeda-

gem, Alimentos e Bebidas e Serviços Receptivos e Áreas de Visitação. As inscrições deverão ser realizadas no site rn.senac.br.

Os cursos serão on-line, com duração de 20 horas-aula, e terão como foco habilitar os profissionais para se adequarem às normas de biossegurança exigidas para o retorno das atividades no contexto da pandemia.

– 01/07/2021

Link	http://blogtuliiolemos.com.br/comeca-hoje-discussao-sobre-o-futuro-do-turismo-no-rn/
------	---

COMEÇA HOJE DISCUSSÃO SOBRE O FUTURO DO TURISMO NO RN

O Rio Grande do Norte é um estado vocacionado para o turismo e mesmo com alguns erros estratégicos cometidos por gestores públicos o setor tem conseguido sobreviver nessa pandemia, apesar do fechamento de algumas unidades de restaurantes, bares e até da hotelaria. A verdade é que se precisa fazer algo urgente para impulsionar o nosso turismo, sob pena de perdermos mais espaços para o Ceará e até mesmo para a vizinha Paraíba que por sinal tem buscado aperfeiçoar e evoluir na área.

Prestigiado com a presença do presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), Alexandre Sampaio, começa nesta quinta-feira, 1, e se prolonga até amanhã, o II Fórum de Turismo de Nísia Floresta que tem por objetivo tratar a respeito do turismo como um todo em debate que envolve o poder público, comunidades, empresários da área, empreendedores e associações de classes.

Para o empresário do setor do turismo, Habib Chalita, que também é o presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Rio Grande do Norte (SHRBS-RN), “É uma ótima oportunidade de debatermos um tema tão importante quanto ao nosso turismo, ainda mais com a presença de pessoas com tantas qualidades”.

Alexandre Sampaio, que focaliza amanhã o tema “Vai Turismo Rumo ao Futuro”, além de presidente da FBHA, é membro do Conselho de Turismo e Hospitalidade da CNC – Confederação Nacional do Comércio.

01/07/2021

Link

<https://diariodoturismo.com.br/cnc-assume-conselho-representativo-do-mercosul/>

CNC assume conselho representativo do Mercosul

A partir desta quinta-feira (01), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) passa a assumir, como presidente pro tempore, a Coordenação do Conselho das Câmaras de Comércio do Mercosul (CCCM), grupo criado em 1992 para alinhar o setor empresarial em relação ao livre-comércio entre as nações da América do Sul.

Além da CNC (representante do Brasil), participam do grupo entidades representativas dos países-membros Argentina, Paraguai e Uruguai e dos países associados Bolívia e Chile. Conforme manifesto conjunto elaborado pelo Conselho, "as instituições entendem que é necessária ainda mais união para elevar os investimentos no desenvolvimento econômico e social na região". Entre as sugestões contidas no documento, as Câmaras propõem fortalecer o Mercosul, fazendo do bloco um espaço mais integrado, com redução de travas e obstáculos, ampliação da relação com outros mercados e maior internacionalização.

"Precisamos aprofundar nossos laços, nos integrarmos ainda mais. Desde a negociação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, após anos de demanda, o espaço a ser ocupado é cada vez mais o de protagonismo. Com esse desafio gigantesco da pandemia, queremos nos apoiar para que todos saíamos mais fortes", afirmou o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cnc-semester-fecha-com-maior-percentual-de-endividados-desde-2010/514395
------	---

CNC: semestre fecha com maior percentual de endividados desde 2010

O primeiro semestre deste ano encerrou com um percentual de 69,7% das famílias brasileiras com alguma dívida, em atraso ou não. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), esse é o maior patamar de endividamento familiar da série histórica de sua pesquisa, iniciada em 2010.

De acordo com os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da CNC, em maio, a parcela de pessoas com dívida era de 68%. Em junho de 2020, o percentual havia ficado em 67,1%.

As dívidas com cartão de crédito também bateram recorde, aparecendo como principal fonte de endividamento para 81,8% do total.

O percentual de inadimplentes, ou seja, pessoas que têm contas ou dívidas em atraso, ficou em 25,1% em junho deste ano, acima dos 24,3% do mês anterior, mas abaixo dos 25,4% de junho do ano passado.

As famílias que sem condições de pagar suas contas passaram de 10,5% em maio para 10,8% em junho deste ano. Em junho do ano passado, o percentual era de 11,6%.

Segundo o presidente da CNC, José Roberto Tadros, o orçamento das famílias na pandemia de covid-19 tem sido afetado por questões como inflação mais alta e o valor reduzido do auxílio emergencial.

“Ainda que os indicadores de inadimplência se encontrem mais baixos na comparação anual, os números mostram que as famílias têm se endividado mais ao longo do ano para conseguir manter algum nível de consumo, respaldadas por uma frágil segurança no mercado trabalho, e diante de preços mais altos dos itens de primeira necessidade”, afirmou Tadros.

Link

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/07/01/endividamento-das-familias-renova-recorde-e-chega-a-697-pontos-percentuais-em-junho-diz-cnc.ghtml>

Endividamento das famílias renova recorde e chega a 69,7% em junho, diz CNC

É o maior patamar da série histórica da pesquisa, iniciada em 2010. As fragilidades no mercado de trabalho, a inflação e o menor valor do auxílio emergencial para os informais estão pesando nos orçamentos domésticos, diz entidade

O endividamento das famílias

chegou, em junho, a um novo recorde:

69,7% relataram ter dívidas, segundo a

Pesquisa de Endividamento e

Inadimplência do Consumidor (Peic), da

Confederação Nacional do Comércio

de Bens, Serviços e Turismo (CNC). É o

maior patamar da série histórica da

pesquisa, iniciada em 2010, e

representa uma alta de 1,7 ponto percentual frente a maio, quando

estava em 68%. Em junho de 2020, a taxa estava em 67,1%.

O indicador considera o total de famílias que relatam ter dívidas, seja com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal ou prestação de carro e de casa.

Já a parcela das famílias com dívidas ou contas em atrasos aumentou de 24,3% em maio para 25,1% em junho. Neste caso, o patamar de junho de 2020 era superior (25,4%). Também avançou o percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso – ou seja, ficarão inadimplentes: passou de 10,5% em maio para 10,8% em junho. Há um ano, em junho de 2020, este nível era superior (11,6%).

A CNC aponta que as fragilidades no mercado de trabalho, a inflação mais elevada e o menor valor do auxílio emergencial para os informais este ano estão pesando nos orçamentos domésticos. A entidade afirma que, com a alta dos juros, a tendência é que as famílias adotem mais rigor em relação aos seus gastos e contratação de novas dívidas.

“Mesmo diante das adversidades, no entanto, na comparação interanual os indicadores de inadimplência ainda se encontram em patamares mais baixos”, diz o comunicado da CNC, referindo-se ao indicador de inadimplência (10,8% em junho).

Os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) mostram que o aumento do endividamento na passagem entre maio e junho ocorreu tanto entre as famílias com renda de até dez salários mínimos como naquelas com rendimento superior a dez salários mínimos. Nas famílias de renda inferior, o percentual passou de 69% em maio para 70,7% do total de famílias em junho, recorde do indicador. Em junho de 2020, estava em 68,2%. A parcela de famílias endividadas também avançou entre as de renda superior, de 64,2% em maio para 65,5% em junho. Em junho de 2020, era de 60,7%.

No caso da inadimplência, no entanto, há tendências diferentes entre as faixas de renda nos três últimos resultados. A proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso na faixa de até dez salários mínimos aumentou de 27,1% em maio para 28,1% em junho. No grupo com renda superior a dez salários mínimos, o percentual manteve-se estável em 11,9% em junho, mas é o segundo maior percentual do indicador para meses de junho.

A pesquisa aponta também que a proporção de famílias que se declararam muito endividadas avança desde março e chegou a 14,7% em junho. É a maior parcela desde julho de 2020, mas é inferior aos 16,1% de junho de 2020.

Link	https://www.versatilnews.com.br/2021/07/fecomercio-cnc-semestre-encerra-com-70-das-familias-brasileiras-endividadas/
------	---

Fecomercio: CNC: semestre encerra com 70% das famílias brasileiras endividadas

O primeiro semestre do ano se encerrou com o maior percentual de famílias endividadas no País desde 2010. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), aponta que em junho de 2021 essa porcentagem chegou a 69,7%, alta de 1,7 ponto percentual em relação a maio e de 2,5 pontos em comparação a junho de 2020. Pela segunda vez seguida, houve também alta na inadimplência.

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso alcançou 25,1% em junho, acima do nível de maio, porém 0,3 ponto percentual abaixo do apurado em junho de 2020. A parcela das famílias que declararam que não terão condições de pagar contas ou dívidas e que permanecerão inadimplentes também aumentou de 10,5% para 10,8% na passagem mensal. O indicador está, no entanto, 0,8 ponto abaixo do observado em junho de 2020.

José Roberto Tadros, presidente da CNC, explica que o orçamento das famílias na pandemia tem sido diretamente comprometido por fatores extras, como inflação mais elevada e o valor reduzido do auxílio emergencial. “Ainda que os indicadores de inadimplência se encontrem mais baixos na comparação anual, os números mostram que as famílias têm se endividado mais ao longo do ano para conseguir manter algum nível de consumo, respaldadas por uma frágil segurança no mercado trabalho, e preços mais altos dos itens de primeira necessidade”, aponta.

Famílias de menor renda sofrem mais com a inadimplência

O endividamento por grupos de renda apresentou novamente tendências semelhantes em junho, com as famílias nos dois grupos de renda atingindo proporções recordes de dívidas. Para as que ganham até dez salários mínimos, o percentual de famílias endividadas saltou de 69% para 70,7% do total de famílias. Em junho de 2020, 68,2% das famílias nessa faixa estavam endividadas. Para as famílias com renda acima de dez salários mínimos, a proporção do endividamento também teve incremento forte: de 64,2% para 65,5% em junho, ante 60,7% em junho de 2020.

Com relação à inadimplência, a proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso na faixa de até dez salários mínimos aumentou de 27,1% em maio para 28,1% em junho, embora esteja na menor proporção desde dezembro de 2020. No grupo com renda superior a dez salários mínimos, o percentual manteve-se estável em 11,9% na passagem mensal, mas é segundo maior percentual do indicador para meses de junho.

A proporção das famílias que se declararam muito endividadas segue aumentando desde março e chegou a 14,7%, maior parcela desde julho do ano passado. Izis Ferreira, economista da CNC responsável pela pesquisa, esclarece ainda que o tempo médio de comprometimento do brasileiro com dívidas tem aumentado, diante de fatores como juros ainda baixos, que possibilitam a renegociação de dívidas e estimulam as modalidades de financiamento, com prazos mais longos.

“As dívidas das famílias têm se alongado no período acima de um ano. O crédito vem ajudando o brasileiro, atua na recomposição de renda, mas a cada mês nós tememos que o orçamento familiar atinja um patamar de dificuldade que impeça ainda mais o consumo e dificulte a reorganização da economia”, resume a especialista, destacando que as ferramentas de incentivo social dos governos têm ajudado a evitar um problema maior, principalmente na inadimplência.

Dívida no cartão alcança novo recorde

A proporção das famílias que utilizam o cartão de crédito como principal tipo de dívida alcançou a máxima do indicador: 81,8% do total de famílias. Entre as famílias com mais de dez salários mensais, o cartão é o principal tipo de dívida para 82,6% delas. Crédito pessoal, carnês de lojas e financiamento de carro também se destacaram entre as modalidades mais procuradas em junho.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/assembleia-decide-adiar-instalaa-a-o-da-cpi-da-covid/514463>

Assembleia decide adiar instalação da CPI da Covid

« LEGISLATIVO » Deputados aprovam, por 13 a 10, o adiamento do início dos trabalhos da CPI para fiscalização de contratos do governo estadual

A Assembleia Legislativa aprovou, por maioria de votos (13 a 10), o adiamento do início dos trabalhos da CPI da Covid-19 para fiscalização de contratos do governo Fátima Bezerra (PT), que estava previsto para a manhã da segunda-feira (05), com a eleição do presidente e designação do relator. Mas, ao fim da votação, o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), informou que a matéria, regimentalmente, "voltará à deliberação depois de cinco sessões", o que deve ocorrer já na sessão do dia 15.

O plenário da Casa acatou requerimento do líder do governo, deputado Francisco do PT, sob a alegação, principalmente, de que a formação do bloco parla-

mentar de seis partidos de oposição (SD, PROS, PSC, PSDB, MDB, PSD e DEM), foi realizada "em notório desrespeito às previsões constantes no Regimento da Assembleia", o que lhe permitiu indicar a maioria dos membros – três, na Comissão de Inquérito, contra duas indicações da bancada da situação.

A intenção da situação no requerimento era a suspensão das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito, "enquanto não ultrapassadas todas as questões legislativas e judiciais referentes às composições partidárias, indubitavelmente necessárias à indicação dos membros das respectivas bancadas para compor a CPI".

Francisco do PT requereu oralmente, a suspensão da pri-

meira reunião da CPI da Covid-19, com base no artigo 210, inciso 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, vez que a situação tenta reverter, judicialmente, decisão da Executiva Estadual do PSD que levou o partido a integrar a bancada da oposição: "Estou exercendo um direito regimental, que nos garante, enquanto parlamentar, bancada e líder do Governo, utilizar desse expediente".

Indicação

No documento de 14 páginas depois encaminhado por Francisco do PT, arguiu-se a desobediência aos dispositivos que versam sobre a indicação de líderes e composição de blocos parlamentares, "buscando subverter a ordem interna da Casa Legis-

lativa, sem que seja observado o estrito cumprimento da disciplina interna".

O deputado Francisco do PT destacou, no requerimento, que a suspensão temporária de trabalhos de um CPI não é considerado problema na Casa Legislativa, "tendo em vista que a chamada "CPI da Arena das Dunas" esteve com seus trabalhos suspensos por mais de um ano, posto que a suspensão dos trabalhos foi aprovada em 09 de junho de 2020 e sua retomada apenas em 23 de junho de 2021".

Por fim, alegou Francisco do PT, "não menos importante, deve ser trazido ao conhecimento dessa Presidência que as supostas tentativas de intervenção da bancada do PSD estão sendo objeto de questionamento judicial".

EDUARDO MAIA



Deputados definiram, por maioria, prorrogar por mais cinco sessões a oficialização das indicações para a CPI e início das atividades

Jacó vai à Justiça contra punição da Executiva

O deputado Jacó Jácome (PSD) foi notificado extrajudicialmente de sua destituição das atividades partidárias na quarta-feira (30) e na noite do mesmo dia interpôs ação cautelar na justiça para tentar reverter a punição do presidente da Executiva Estadual do ex-governador Robinson Faria, que também havia alcançado o deputado Vivaldo Costa, o qual perdeu a função de líder da bancada peessedista.

"Agora irei responder com todas as provas de que houve intervenção anti democrática no meu mandato e também ajuizei ação judicial impedindo a suspensão dos meus atos partidários", avisou Jácome, cuja ação cautelar antecedente foi distribuída, aos 30 minutos da madrugada desta quinta-feira (1º), para a 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal.

"Eu e o deputado Vivaldo realizamos uma eleição sem nenhum demérito contra o deputado Galeno Torquato, a eleição para líder da bancada cumpriu todos os

requisitos formais", acrescentou o parlamentar, explicando que o PSD age contra o próprio estatuto, no momento em que nas disposições disciplinares que o partido trata sobre possível suspensão de um parlamentar, "só tem a previsão legal de suspender o deputado nas atividades partidárias".

Portanto, alegou ele, se tivesse que ser suspenso dentro do partido, "só poderia ficar longe das convenções ou de uma votação 'interna corporis' do partido", mas o comunicado do ex-governador do Estado "foi suspendendo as minhas atividades parlamentares, onde não há previsão legal e estatutária de ter essa suspensão".

Para ele, a mesa da Casa "poderia ter tido essa preocupação jurídica, de seguir o rito formal, como a mesa aceitou essa imposição partidária, protocolamos na Justiça comum uma cautelar anulatória dos atos antidemocráticos que o PSD procedeu comigo e com o deputado Vivaldo Costa".



Eu e o deputado Vivaldo realizamos uma eleição sem nenhum demérito contra o deputado Galeno Torquato."

Jacó Jácome
Líder pelo PSD

As destituições de Jácome e Costa das atividades partidárias foram importantes para que o PSD passasse a integrar, formalmente, a bancada oposicionista de seis partidos, o chamado "bloco", na Assembleia Legislativa

e, numericamente, tivesse alcançado a maioria de 14 deputados na Casa, a fim de poder indicar três dos cinco deputados na Comissão Parlamentar de Império (CPI) que investigará contratos na área de Saúde no período da pandemia do coronavírus.

Mesmo sendo minoria na bancada, o deputado Galeno Torquato foi indicado líder por Robinson Faria, vez que os deputados Jacó Jácome e Vivaldo Costa continuam apoiando o governo Fátima Bezerra (PT).

A divisão interna entre membros de bancadas ainda ocorre no MDB, que conta com dois deputados - Nelter Queiroz integra a oposição e Dr. Bernardo a situação. O mesmo acontece no PSDB, que tem três parlamentares na oposição - o líder Tomba

Farias, Gustavo Carvalho e José Dias, enquanto os deputados Raimundo Fernandes e Ezequiel Ferreira, que preside a Assembleia, apoiam o governo.

Bancada de oposição critica o adiamento

A bancada da oposição reagiu contra o adiamento do início dos trabalhos da CPI da Covid-19, como o deputado Getúlio Rego, que questionou a situação por tratar a formação do bloco parlamentar de seis partidos como "manobra externa" e interferência interna da Executiva Estadual do PSD: "Estranha a movimentação do deputado Francisco ao dizer que houve intervenção de fora para dentro na Casa. Isso deixa

claro que o Governo se preocupa com a instalação da CPI nesta Casa".

O deputado José Dias (PSDB) classificou que manobra política quem fez foi a bancada governista. "Estou há 35 anos aqui e durante todo esse tempo não vimos nenhum Governo fazer movimento como o que a administração estadual está fazendo, para a não instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Ca-

sa", comentou.

Em tom de ironia, José Dias disse que "a dúvida é o maior instrumento para se encontrar a verdade. E essa dúvida eu alimento", daí a necessidade inadiável de se iniciar a CPI. "Se o governo não fez nada de errado, será uma consagração para ele a afirmação de que é inocente", continuou.

Líder do bloco situacionista PL-PROS-Republicanos, o deputado George Soares (PL) con-

testou a oposição por "emplacar na mídia a ideia de que teriam maioria na Casa".

O deputado Vivaldo Costa voltou a defender, como no ano passado, uma trégua política. "Temos que nos unir para enfrentar a pandemia que não acabou. Temos que nos unir para enfrentar uma seca que toma conta desse Estado, mas infelizmente o que vemos é um clima de radicalismo ideológico nesta Casa", disse ele.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/com-alta-em-maio-rio-grande-do-norte-soma-7-798-vagas-abertas-no-ano/514444>

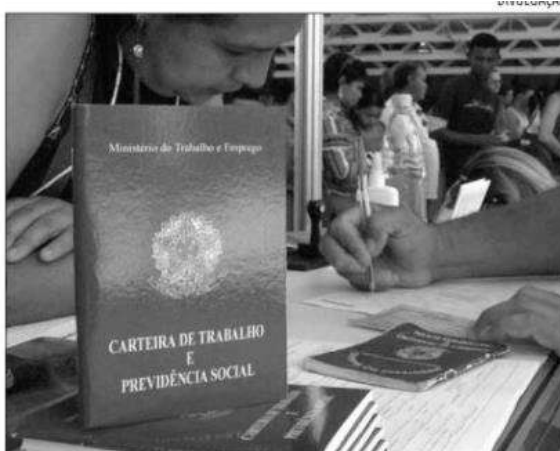
Com alta em maio, RN soma 7.798 vagas abertas no ano

« EMPREGOS » RN já recuperou metade das 15,7 mil demissões de março a maio/2020. Em maio/2021, foram abertas 2.097 vagas, melhor saldo desde 2010

O Rio Grande do Norte já acumula, neste ano, 7.798 novos postos de trabalho com carteira assinada. Após três meses consecutivos de alta na geração de empregos (janeiro, fevereiro e março), e uma pequena redução em abril, o mês de maio registrou um saldo positivo com 2.097 empregos formais gerados no Estado. No acumulado dos cinco primeiros meses de 2021, o RN havia registrado uma perda de 19.806 vagas no período. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, divulgados nesta quinta-feira (01).

Apesar do mês positivo, o Rio Grande do Norte teve o segundo pior saldo de emprego entre os estados do Nordeste, ficando atrás apenas de Sergipe (432). No total, foram 10.757 desligamentos, superados pelas 12.854 admissões. No entanto, o saldo de 2.097 vagas verificado em maio é 153% maior que o de maio do ano passado, quando RN perdeu 3.933 postos de trabalho, bem acima do registrado em abril, que teve um déficit de 170 vagas. O resultado de maio foi o quarto melhor na série histórica, iniciada em 2004. Os melhores saldos tinham sido registrados em maio de 2004 (5.842), de 2010 (4.030) e 2005 (3.901).

No quinto mês do ano, o setor de serviços mais uma vez puxou a alta com 1.045 novos postos, com destaque para o ramo de atividades ligadas ao teleatendimento, seguido do comércio (645), principalmente na área de supermercados; indústria (503) e agropecuária (123), que até então vinha em quedas sucessivas, mas nesse mês foi impulsionada pelo cultivo do melão. A constru-



Micro e pequenas empresas abrem 2.211 vagas formais em maio

Brasil tem saldo de 280,6 mil vagas, o melhor desde 2010

Brasília (AE) - Após a criação de 116.423 vagas em abril (dado revisado nesta quinta-feira), o mercado de trabalho formal brasileiro registrou um saldo positivo 280.666 carteiras assinadas em maio, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados neste dia 1º de julho pelo Ministério da Economia.

O resultado do mês passado decorreu de 1,548 milhão de admissões e 1,268 milhão de demissões. Em maio do ano passado, em meio à primeira onda da pandemia de covid-19 no País, houve fechamento de 373.888 vagas com carteira assinada.

O mercado financeiro já esperava um novo avanço no emprego no mês, e o resultado veio dentro do intervalo das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, e acima da mediana, de 157.500 postos de trabalho. As projeções eram de abertura líquida de 71.000 a 362.000 vagas em maio. No acumulado dos cinco primeiros meses de 2021, o saldo do Caged é positivo em 1,233 milhão de vagas. No mesmo período do ano passado, houve destruição líquida de 1,144 milhão de postos formais.

Desde janeiro do ano passado, o uso do Sistema do Caged foi substituído pelo Sistema de Escriuração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para as empresas, o que traz diferenças na comparação com resultados dos anos anteriores. Na metodologia ante-

Geração de empregos

Estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Rio Grande do Norte Acumulado 2021	
Admissões	71.472
Desligamentos	63.674
Saldo	7.798

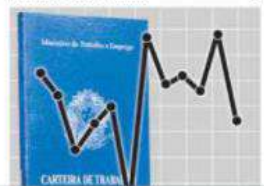
Maio 2021	
Admissões	12.854
Desligamentos	10.757
Saldo	2.097

Saldo por setor Acumulado 2021	
Serviços	+7.509
Comércio	+2.782
Construção	+1.590
Indústria	+527
Agropecuária	-4.610

Maio 2021	
Serviços	+1.045
Comércio	+645
Indústria	+503
Agropecuária	+123
Construção	-219

Saldo por porte da empresa	
Microempresa	+1.885
Grande Empresa	+407
Pequeno Porte	+326
Média Empresa	-552

Saldo de empregos nos municípios do RN - Maio 2021	
Mossoró	+888
Natal	+400
Alto do Rodrigues	+224
Parnamirim	+205
Baía Formosa	+189
Pedra Grande	-202
Macaíba	-125
Extremoz	-108
Canguaretama	-102
Coronel João Pessoa	-58



ção civil, que no acumulado do ano tem 1.590 novas carteiras assinadas, foi o segmento que, neste mês de maio, registrou perdas de empregos. A cadeia produtiva do setor perdeu 219 postos de trabalho, sobretudo no setor de construção de rodovias e ferrovias. No balanço dos cinco primeiros meses do ano, todos os setores possuem saldo positivo na geração de empregos à exceção da agropecuária (-4.610).

O resultado positivo de maio deve-se praticamente ao ritmo de contratação de novos trabalhadores por parte das micro e pequenas empresas. Os negócios desse porte abriram 2.211 novos postos de trabalho no RN, compensando as baixas registradas pelas médias empresas e deixando o saldo total positivo, segundo análise feita pelo Sebrae/RN na publicação Mapa do Emprego no Rio Grande do Norte, a partir dos dados do Caged.

O Mapa do Emprego mostra que surgiram oportunidades de novos empregos formais em maio, principalmente, nos municípios de Mossoró (888), Natal (400), Alto do Rodrigues (224), Parnamirim (205) e Baía Formosa (189). Atualmente, o Estado

tem um estoque de 440.039 trabalhadores com carteira assinada.

O secretário estadual de Planejamento e Finanças do Estado, Aldemir Freire, afirma que a retomada do emprego formal no Estado está consolidada e a expectativa é de um maior aquecimento no segundo semestre. “A gente passou uma fase crítica no ano passado, sobretudo em abril e maio, com fortes demissões recorrentes da pandemia, mas já no ano passado, a partir do segundo semestre, nós temos essa retomada. Tanto que 2020 acabou terminando com saldo positivo”, disse.

Com as altas de janeiro (+2.250), fevereiro (+1.799) e março (+2.116), a queda de 464 empregos em abril, e os 2.097 novos postos de trabalho em maio deste ano, o RN já recuperou praticamente a metade das 15.720 demissões ocorridas entre março e maio de 2020, no auge da pandemia. Ainda em 2020, o RN registrou saldo positivo de 1.769 novas vagas no ano, fruto da reabertura econômica do segundo semestre. Novembro de 2020 teve a maior alta dos últimos 24 anos, com 4.796 novas vagas. Desde o mês

de agosto, após o período mais crítico da pandemia na economia, o RN teve seguidas altas na geração de empregos. Para efeito de comparação, entre 2015 e 2018, foram perdidos mais de 18 mil postos formais de trabalho.

“Tradicionalmente, os segundos semestres no Rio Grande do Norte são mais aquecidos do que o primeiro semestre, porque entram as safras sazonais de cana e de fruticultura irrigada, mas também porque entra a produção do setor de vestuário e bebidas para vendas no final do ano. Então nós esperamos um segundo semestre mais aquecido do que o primeiro. Eu falo em 15 mil vagas geradas, mas trabalho isso agora como o piso. Nós podemos terminar o ano com algo entre 15 mil a 20 mil empregos formais gerados”, analisa o secretário. Ele estima que o primeiro semestre deste ano feche

com algo entre 9 e 10 mil empregos gerados. “Tanto o processo de abertura da economia, como o avanço da vacinação, vão apontando para uma economia em recuperação, o que explica você ter tido esse desempenho de maio e essa nossa perspectiva futura”, disse ele.

rior (de 1992 a 2019), o melhor resultado para maio na série sem ajustes havia sido em 2010, quando foram criadas 298.041 vagas no quinto mês do ano.

Setores

A abertura líquida de 280.666 vagas de trabalho com carteira assinada em maio no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foi novamente puxada pelo desempenho do setor de serviços no mês, com a criação de 110.956 postos formais, seguido pelo comércio, que abriu 60.480 vagas.

Já a indústria geral abriu 44.146 vagas em maio, enquanto houve um saldo de 42.526 contratações na agropecuária. Na construção civil, foram criadas 22.611 vagas no mês. No quinto mês do ano, todas as 27 Unidades da Federação registraram resultado positivo. O melhor resultado foi registrado em São Paulo novamente, com a abertura de 104.707 postos de trabalho. Já o pior desempenho foi o de Roraima, que registrou a criação de 256 vagas em maio. O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada passou de R\$ 1.873,33, em abril, para R\$ 1.797,10 em maio.

Recuperação da economia contrasta com desemprego

FINANÇAS | De acordo com estudo do Ipea, PIB deve crescer 4,8%, mas volta do emprego depende de serviços e vacinação; percepção de boa parte da população é de que crise econômica continua piorando

Os resultados da economia no primeiro trimestre contrastam com a fraqueza da retomada do mercado de trabalho e aumento da inflação, o que faz com que a recuperação ainda continue distante de boa parte dos brasileiros, segundo estudo divulgado nesta quarta-feira 30, pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Segundo o instituto, a recuperação desde o terceiro trimestre do ano passado levou a uma revisão do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) deste ano, de 3% para 4,8%.

O estudo indica que a recuperação do país em 2021 vai ser maior do que o antecipado. No ano que vem, os economistas avaliam que o Brasil deve continuar crescendo, ainda que mais timidamente, até pela base de comparação ter aumentado em 2021.

Os dados apontam, no entanto, que mesmo com a recuperação, a percepção de boa parte da população de que a crise passou ainda continua distante.

O Ipea lembra, por exemplo, que os dados dessazonalizados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, mostram que em março a taxa de desocupação foi de 14,7%, levemente superior à registrada em fevereiro (14,4%), pressionada principalmente pelo retorno à força de trabalho de uma parcela de indivíduos que dela haviam saído por conta da pandemia.

De janeiro a março de 2021, a força de trabalho aumentou em 589 mil pessoas, enquanto o contingente ocupado recuou em 11 mil. Os dados ainda mostram uma força de trabalho 5% abaixo da observada nos períodos de antes da pandemia do novo coro-



RAPHAEL MULLER/RAPHAEL MULLER/FOLHAPRESS

O aumento da desigualdade e da concentração de renda pesou para a população mais pobre

**ENQUANTO
ECONOMISTAS FALAM
EM RECUPERAÇÃO,
DESEMPREGO, INFLAÇÃO
E DESIGUALDADE
CHAMAM ATENÇÃO**

navírus.

A percepção é a de que a ocupação no setor privado com carteira deve manter uma trajetória de pouco dinamismo, marcada por uma estabilidade de pessoal ocupado em patamares bem desfavoráveis, segundo o documento.

Ao longo da pandemia, um outro movimento foi objeto de atenção: o aumento da desigualdade e da concentração de renda. Um estudo recente, do Credit Suisse, mostra que o 1% no topo da pirâmide brasileira passou

a concentrar metade de toda a renda no ano passado.

Segundo José Ronaldo Souza Júnior, da Dimac (Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas) do Ipea, a concentração e a desigualdade entram na questão da composição do mercado de trabalho, que piorou para as pessoas com baixa escolaridade. "A piora na distribuição de renda não foi só no Brasil e com essa melhora do mercado, parte dessa piora pode ser revertida."

O trabalho do instituto também sugere que outro motivo de preocupação do brasileiro pode ter uma melhora no ano que vem. A inflação, que passou de 8% em 12 meses até maio, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo) é uma das surpresas negativas na retomada após o primeiro ano de pandemia.

"Embora estejamos trabalhando com uma inflação mais elevada, esperamos uma desaceleração dos preços no ano que vem", diz o economista.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/operaa-a-o-investiga-compra-de-ventiladores-meca-nicos-da-sms/514441>

Operação investiga compra da SMS

« REBOTALHO » Polícia Federal, CGU e MPF realizaram operação para apurar suposto superfaturamento de respiradores em Natal. Secretário de Saúde, George Antunes, nega irregularidades e contesta investigação

Uma operação deflagrada ontem pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União (CGU) cumpriu mandados de busca e apreensão na Secretaria de Saúde de Natal (SMS Natal) com o intuito de investigar a aquisição de 20 ventiladores mecânicos por parte da pasta para utilização no Hospital de Campanha Covid-19 de Natal. Segundo a investigação, há indícios de irregularidades, como superfaturamento, e o fato de que os aparelhos tinham origem duvidosa, estariam obsoletos e teriam sido descartados por outras instituições em virtude dessas questões. A SMS Natal negou qualquer irregularidade.

A Controladoria Geral da União (CGU) disse que os equipamentos comprados pela Prefeitura do Natal junto à Spectrum Medic Comércio e Serviços LTDA, tinham origem e qualidade duvidosa e alguns já apresentaram defeitos por ocasião da entrega. Ainda segundo a CGU, também foi constatado que a vida útil dos ventiladores pulmonares já se encontrava, quase na sua totalidade, expirada e que alguns equipamentos adquiridos haviam sido descartados por instituições/hospitais por serem obsoletos ou inservíveis.

Em entrevista coletiva concedida à tarde, o secretário de saúde de Natal, George Antunes, negou qualquer ilicitude. Ele reforçou que os ventiladores mecânicos adquiridos seguem sendo utilizados pela Prefeitura do Natal e disse que os aparelhos não estavam sucateados. O secretário citou ainda que foi à sede da empresa, em Goiás, e solicitou testes antes de fechar o contrato.

"Por precaução, eu tinha uma viagem à Brasília, e como é perto, eu fui lá visitar e ver in loco esses equipamentos. Fiz com que eles levassem o engenheiro, ligasse os aparelhos para que eu os visse funcionando. Eles não estavam sucateados. Eu examinei. Tanto é que eles estão em uso. Continuam salvando vidas. Só sai de lá quando eu vi esses equipamentos funcionando", explicou, confirmando que os ventiladores eram usados.

Conforme dados levantados da CGU, a Prefeitura de Natal comprou os ventiladores pulmonares usados por preço superior em mais de 100% ao cobrado pela Indústria por equipamentos novos, da mesma marca, e com especificações técnicas superiores. O prejuízo potencial supostamente causado aos cofres públicos é de R\$ 1.433.340. A Operação Rebotalho cumpriu quatro mandados de busca e apreensão, expe-



Investigadores alegam que há indícios de superfaturamento e que os respiradores já haviam sido descartados por hospitais



George Antunes disse, em entrevista coletiva, que inspecionou pessoalmente os aparelhos e eles estavam em condição de uso

didos pela 14ª Vara Federal nos municípios de Natal-RN, Goiânia-GO e Aparecida de Goiânia-GO. O inquérito policial foi instaurado em novembro de 2020.

"Os elementos de prova já colhidos indicam que os aparelhos respiradores adquiridos pela SMS Natal/RN são sucateados, chegando a 15 anos de uso, e parte deles possui origem clandestina, haja vista a empresa fabricante ter informado que os números de série não correspondem a equipamentos por ela produzidos", diz nota enviada pela PF.

"Os equipamentos estão em uso, continuam salvando vidas. Falar que esses equipamentos não tem serventia, que não tem utilidade prática, não é prudente, pois eles continuam salvando vidas. Estamos tranquilos em relação a acusação que está sendo feita, pois sabemos da lisura do

nosso processo. Agora me causa tristeza, pois temos uma equipe muito dedicada a todas as questões da saúde pública do nosso estado", acrescentou o secretário George Antunes.

Seminovos

O contrato de compra 129/2020, firmado entre a Prefeitura do Natal e a empresa Spectrum Medic Comércio, para a compra de ventiladores pulmonares, em 28 de maio de 2020, previa que os equipamentos seriam seminovos e custariam R\$ 108 mil, cada. A CGU, inclusive, disse que respiradores já tinham sido descartados por outros hospitais.

Pelo contrato, a Prefeitura do Natal pagaria R\$ 2.160.000,00 pela aquisição de 20 ventiladores pulmonares da Marca Intermed, do modelo Inter 5 Plus, com a

dispensa de licitação (firmada através do termo nº 035/2020), baseada no momento de calamidade pública. A garantia era de 6 meses e não havia uma determinação sobre o limite de anos de uso do equipamento. O contrato foi assinado pelo secretário George Antunes e por Wender de Sá, representante da Spectrum, em 28 de maio de 2020.

De acordo com a investigação, havia equipamentos "sucateados e com 15 anos de uso". A CGU afirmou que os equipamentos comprados tinham "origem e qualidade duvidosas" e alguns já apresentaram defeitos na entrega, além de que, ainda de acordo com a CGU, a vida útil dos aparelhos já se encontrava, "quase na sua totalidade, expirada e que alguns equipamentos adquiridos haviam sido descartados".

Elementos de prova indicam que os aparelhos adquiridos pela SMS são sucateados"

POLÍCIA FEDERAL em nota

Compra foi feita por dispensa de licitação

A compra dos ventiladores mecânicos foi feita através de dispensa de licitação. De acordo com o secretário George Antunes, o processo foi lícito e a necessidade da época para a aquisição era para equipar o Hospital de Campanha de Natal e outros leitos da rede, como também no Hospital Municipal Newton Azavedo.

"A dispensa de licitações é mais rápida e está previsto na própria Lei de Licitações. E além disso tivemos uma lei específica da pandemia que permitia a compra direta. O processo foi dentro da legalidade. Não tínhamos tempo hábil para fazer processo licitatório", citou.

O gestor comentou que esses aparelhos foram adquiridos em maio do ano passado, quando a pandemia de coronavírus caminhava para o pico de casos na capital. Os aparelhos chegaram em Natal cerca de 15 dias depois. Diante da alta procura, segundo ele, os preços sofreram modificações significativas.

"Estávamos buscando ventiladores onde tivesse. Passávamos e-mails, telefone pra um, pra outro, ampliávamos nossa rede e quem aparecesse iríamos em busca dessa compra. Repito: às vezes apareciam alguns com preços mais altos e o pior, com prazo de entrega longo, três meses, e a gente sem a certeza de que ia receber. Porque se estabeleceu um certo leilão com relação a esses aparelhos. Tem casos aí que o cara desistia no meio do caminho porque conseguia vender mais caro. E esse não, tínhamos a certeza que iria receber", explicou Antunes. Ainda segundo ele, a SMS Natal vai colaborar com as investigações.

"Até onde tenho conhecimento, não cometemos ilegalidade. Podemos ter tido algum erro processual, no aspecto burocrático da formulação do processo de aquisição, mas não algo a ponto de desonestidade de ser necessária a intervenção da Polícia Federal. Mas desconheço a ação como um todo. A apuração e as investigações é quem vão dizer", acrescentou.

Preço total

No termo de contrato de compra 120/2020 da Prefeitura do Natal, a cláusula 3.1 cita que o preço total da opera-

Processo é mantido em segredo de justiça

O processo da Operação Rebotalho, deflagrada hoje para investigar supostas irregularidades em compra de equipamentos médicos pela Secretaria Municipal de Saúde, será mantido em segredo de justiça devido às investigações ainda estarem em tramitação e para preservar os dados sigilosos dos investigados.

A investigação teve início após notícia de uma suposta montagem e direcionamento de procedimento de dispensa de licitação para compra de respiradores pela Prefeitura Municipal de Natal no ano de 2020, com fornecimento e recebimento de equipamentos sucateados como se fossem seminovos, o que, se-

gundo os investigadores, caracterizaria um sobrepreço dos bens.

Polícia Federal

Os fatos foram trazidos à Justiça Federal em razão do emprego de verbas federais na compra dos respiradores supostamente sucateados. Diante dos indícios da prática de crimes de peculato

e dispensa indevida de licitação, o Juízo da 14ª Vara Federal autorizou diversas diligências que subsidiaram o aprofundamento das investigações e culminaram com o cumprimento de diversas medidas restritivas, mediante a operação desencadeada nesta Capital e em cidades do Estado de Goiás.



Eles não estavam sucateados. Eu examinei. Tanto é que eles estão em uso”

GEORGE ANTUNES
secretário de Saúde

ção era de R\$ 2.160 milhões, englobando a aquisição de 20 aparelhos seminovos. Cada respirador, portanto, foi comprado por R\$ 108 mil. Os valores incluíam despesas ordinárias diretas e indiretas, incluindo impostos, encargos sociais, frete, seguro, entre outros. A Spectrum foi procurada pela reportagem, mas não quis se pronunciar. A Justiça Federal autorizou o bloqueio desses valores em contas dos envolvidos.

02/07/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-inicia-vacinaa-a-o-para-paoblico-com-42-anos/514440>

Natal inicia vacinação para público com 42 anos

« CONTRA A COVID » Capital potiguar retoma vacinação, após chegada de novos imunizantes, e amplia público-alvo para pessoas com 42 anos

Após o recebimento de mais vacinas, Natal reiniciará a vacinação hoje. O público a ser vacinado foi ampliado para pessoas com 42 anos sem comorbidades. Além disso, será retomada a vacinação dos demais públicos e categorias prioritárias.

A aplicação continua acontecendo em 35 Unidades Básicas de Saúde e em quatro drives (Via Direta, Palácio dos Esportes, Nélio Dias e Sesi). O drive do Sesi não abre aos domingos. Os trabalhadores da indústria também tiveram público ampliado para pessoas a partir de 32 anos. Eles só podem receber o imunizante Sesi.

A documentação necessária, lista dos locais de vacinação, fila dos drives em tempo real e perguntas frequentes podem ser acessadas através do site <https://vacina.natal.rn.gov.br/>.

A Secretaria Municipal de

Saúde lembra que também é importante que seja realizado o cadastro prévio no RN Mais Vacinas para facilitar o registro da aplicação do imunizante.

Ao mesmo tempo, a SMS lembrou que as pessoas que tomaram a primeira dose do imunizante da Oxford há 85 dias devem procurar um dos pontos de vacinação para receber a segunda dose e completar seu esquema vacinal.

Os trabalhadores da educação que ainda não tomaram a primeira dose além das 35 salas de vacina também podem também buscar o campus da UFRN, de segunda à sexta-feira. Nos finais de semana não funcionam, porém há a opção dos drives.

Já a partir de amanhã, a SMS Natal inicia a vacinação dos profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que atuam em equipamentos de saúde que estão dire-

tamente ligados à Atenção Primária à Saúde, e assim, estão expostos a contaminação pela Covid-19, tendo em vista o contato direto com a população.

A vacinação desse público acontece em qualquer ponto de vacinação sendo necessária a apresentação de contracheque, comprovante de residência de Natal e documento com foto.

Pfizer

A vacinação contra a Covid-19 no Rio Grande do Norte segue em ampliação. A Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap) recebeu ontem mais 17.550 vacinas da Pfizer.

Com o reforço de parte da reserva técnica, a Sesap indica aos municípios que as doses da Pfizer devem atender trabalhadores da indústria e do transporte coletivo, seguindo o plano nacional de vacinação, além de abrir a imunização para os inte-

grantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e lactantes com bebês de até 12 meses.

Passaporte

O RN + Vacina, que é a plataforma integrada para governança e transparência do processo de vacinação, passa a emitir certificado para as pessoas vacinadas contra a covid-19. O certificado é uma forma de garantir aos grupos já imunizados uma confirmação oficial de imunização, seja para acessos a estabelecimentos ou para viagens. Em entrevista, Ricardo Valentim explicou que a plataforma se adianta a um processo que deve ocorrer no país, onde poderá haver a cobrança de certificados para acessos a estabelecimentos e até viagens. Por isso, também será oferecida a confirmação da vacinação em inglês, no caso de viagens internacionais.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rio-grande-do-norte-tem-menor-taxa-de-ocupacao-a-o-desde-fevereiro/514438>

RN tem menor taxa de ocupação desde fevereiro

« **LEITOS CRÍTICOS** » Dados do portal Regula RN registraram os menores níveis ocupação desde fevereiro. Números variaram em torno de 65%

O Rio Grande do Norte terminou a quinta-feira com mais uma queda na taxa de ocupação de leitos de UTI Covid. O portal Regula RN registrou, até o fechamento desta edição, que 270 leitos críticos estavam em uso para tratamento de pacientes com a doença. A taxa de ocupação no estado era de 65,38%. Esse é o menor percentual desde fevereiro deste ano. Os números de ocupação variam em tempo real, ao passo que o sistema é alimentado pelas unidades de saúde.

Além dos 270 leitos ocupados, 120 estavam disponíveis e 23 bloqueados, perfazendo o total de 413 leitos críticos no Estado. Por região, o Oeste tem a maior taxa de ocupação, com 80,2%, enquanto a Região Metropolitana de Natal tem 65,6% e o Seridó, 62,5%.

Boletim divulgado na última quarta-feira pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostrou que a vacinação já traz impactos sobre os números de interação e de morte. Sobre a internação de casos graves da doença, os pesquisadores destacam que as taxas de ocupação de leitos de UTI covid-19 para adultos no Sistema Único de Saúde (SUS), observadas no dia 28 de junho de 2021, mostram quedas expressivas no Nordeste e nos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, no Centro-Oeste. Por outro lado, Tocantins, Paraná e Santa Catarina são os que apresentam situação mais preocupante.

"A vacinação começa a dar sinais de resultados positivos de forma mais sensível com a ampliação da cobertura de grupos etários de menos de 60 anos. O estudo verificou também que a situação dos leitos de UTI - que atingiu o nível máximo de so-

brecarga e colapso em meados de março de 2021 - parece ir se consolidando em patamares melhores, ainda que em cenário de predominância de algum alerta, requerendo cuidados para evitar nova piora", diz um trecho do boletim.

Segundo o levantamento, relativo ao dia 26 de junho, oito unidades da federação (UF) estão com mais de 80% dos leitos de UTI para covid-19 ocupados, o que é considerado cenário de alerta crítico. São elas: Distrito Federal (81%), Goiás (85%), Mato Grosso do Sul (88%), Paraná (94%), Roraima (87%), Sergipe (88%), Santa Catarina (92%) e Tocantins (90%).

O grupo de UFs em alerta crítico é o menor desde o boletim de 1º de fevereiro, quando sete estados estavam nessa situação. No pior momento da pandemia para a ocupação de leitos, em 15 de março, o país chegou a ter 24 estados e o DF em situação crítica simultaneamente.

Apesar da melhora, a maior parte do país continua na zona de alerta intermediário, com entre 60% e 79% de ocupação de leitos. É o caso de Amazonas (63%), Pará (64%), Maranhão (79%), Piauí (76%), Ceará (74%), Pernambuco (76%), Alagoas (77%), Bahia (75%), Minas Gerais (75%), Espírito Santo (63%), Rio de Janeiro (63%), São Paulo (76%), Rio Grande do Sul (79%), Mato Grosso (75%). O Rio Grande do Norte aparece no boletim com 72% de ocupação, percentagem defasada em relação aos números observados ontem.

Acre (37%), Amapá (55%), Paraíba (59%) e Rondônia (58%) estão na zona de alerta baixo, com menos de 60% de leitos ocupados. Entre esses estados, o Acre é o que está há



Vacinação começa a dar sinais de resultados positivos com a ampliação de grupos etários com menos de 60 anos"

BOLETIM
Fiocruz

mais tempo nessa situação, desde 10 de maio.

Mortes

Apesar da manutenção de níveis altos de transmissão da doença, em um patamar estável ainda mais elevado que o do ano passado, os pesquisadores observaram queda na incidência de mortes. A razão para esse descolamento nas tendências, segundo o boletim, pode ser explicada pela vacinação dos grupos de maior risco e exposição, como idosos, portadores de doenças crônicas e profissionais de saúde.

"Hoje, a cobertura vacinal dentro desses grupos é mais ampla em relação ao restante da população. Ao mesmo tempo, a circulação de novas variantes do vírus pode aumentar a sua transmissibilidade sem que isso represente, no entanto, um aumento no número de casos graves com necessidade de internação", diz um trecho do estudo, que ressalta que a transmissão em patamares elevados gera casos graves entre grupos populacionais não vacinados ou com vulnerabilidade potencializada por fatores individuais ou sociais.

O boletim mostra que, entre 20 e 26 de junho, foi mantida uma incidência média de 72 mil novos casos de covid-19 por dia no país, o que representa uma oscilação de -0,2% ao dia em relação à semana anterior. Já a mortalidade média foi de 1,7 mil vítimas por dia, o que corresponde a uma queda diária de 2,5%. Apesar da redução no número de óbitos, que chegou a uma média de 3 mil por dia no pico da pandemia, a Fiocruz ressalta que a mortalidade ainda é considerada muito alta e "não permite afirmar que haja qualquer controle da pandemia no Brasil".



Circulação de novas variantes pode aumentar a transmissibilidade sem aumento de casos graves"

BOLETIM
Fiocruz



Taxa de ocupação de leitos críticos tem caído no RN. Segundo a Fiocruz, tendência é observada em outros estados do Brasil

Fiocruz alerta sobre medidas de prevenção

A Fiocruz alerta que as medidas de combate à transmissão da doença devem continuar sendo adotadas por estados e municípios até que seja decretado o fim da pandemia no Brasil. O lockdown continua a ser recomendado para todos os locais com taxa de ocupação de leitos de UTI maior que 85%, e um conjunto de medidas deve ser mantido pelos demais gestores públicos.

A fundação explica que devem ser combinadas medidas que reduzam a propagação do

vírus e a sobrecarga do sistema de saúde com ações que garantam os insumos necessários para o atendimento aos pacientes e políticas que reduzam os impactos sociais e sanitários da pandemia, principalmente para as populações e grupos mais vulneráveis.

Os pesquisadores também aconselham que o momento de redução nas internações é uma oportunidade para reorganizar o sistema de saúde, reforçar medidas de prevenção, promover campanhas de comunicação, tes-



Sistema de saúde precisa ser reorganizado para atender demandas da covid-19

BOLETIM
Fiocruz

tar e rastrear casos suspeitos e atender demandas represadas.

"O sistema de saúde precisa ser reorganizado para atender às demandas relacionadas à covid-19, sejam elas imediatas ou as que se colocarão por um tempo, relacionadas à covid-19 e às suas múltiplas manifestações incapacitantes. Além disso, outros casos, retidos em "fila de espera" neste ano e meio de pandemia, precisam ser objeto de atenção dentro desse processo de reorganização do sistema de saúde".

Link <http://jornalagorarn.com.br/uploads/materiais/eada9ceb9494fc1ec6478140ea56dd06.pdf>

Covid tem números expressivos e mata dezenove potiguares por dia

LEVANTAMENTO | No início do mês, o Estado somava 6.189 óbitos por covid, além de 1.302 em investigação. Nesta quarta-feira 30, os dados parciais da Sesap indicavam 6.768 mortes (número referente ao dia anterior) e outras 1.449 seguem em investigação. Abril foi o mês com mais mortes registradas por covid-19 desde o início da pandemia no RN: 939

A pandemia da covid-19 atravessa mais um mês no Rio Grande do Norte com números ainda expressivos, mesmo que exista uma tendência de queda de novos casos e óbitos - em parte, devido à vacinação que acontece em todos os municípios. Em junho, 19 potiguares morreram vítimas da doença por dia, em média obtida através dos dados dos boletins epidemiológicos divulgados pela Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap).

No início do mês, o Estado somava 6.189 óbitos por covid, além de 1.302 em investigação. Nesta quarta-feira 30, os dados parciais da Sesap indicavam 6.768 mortes (número referente ao dia anterior) e outras 1.449 seguem em investigação. Ou seja, foram 579 novas confirmações de mortes. Abril foi o mês com mais mortes registradas por covid-19 desde o início da pandemia no estado, com 939 vítimas da doença.

Há alguns dias, a taxa de ocupação de leitos críticos covid em todo o estado vem registrando queda significativa. Nesta quarta 30, haviam 100 leitos de UTI disponíveis para pacientes infectados, com taxa geral de ocupação em 70%. Especialistas e representantes da Sesap acreditam que o recuo se deve ao avanço da vacinação contra a covid.

"A pandemia não acabou. O que visualizamos no Rio Grande do Norte é uma redução nos pedidos e, consequentemente, ocupação de leitos covid. É um recuo importante, mas devemos manter e cumprir as ações que visam fortalecer as medidas



Maura Sobreira: "A pandemia não acabou. O que visualizamos é uma redução nos pedidos e, consequentemente, ocupação de leitos covid"

restritivas de distanciamento social. Essas medidas são necessárias até que possamos atingir uma taxa de cobertura vacinal mais elevada para que tenhamos a população protegida", indicou a doutora em Ciências da Saúde, Maura Sobreira, secretária-adjunta da Sesap.

A importância da imunização foi reforçada pela infectologista e membro do comitê científico estadual, Marise Reis. "Ao passado os casos começaram a descer em junho, e a partir daí a população começou a ter mais tranquilidade. Mas, enquanto não tivermos com 70% da população vacinada, estamos sujeitos ao crescimento da curva, voltar a

ter mais casos e óbitos", disse.

Para a governadora Fátima Bezerra (PT), os decretos regionalizados definidos pela gestão estadual também foram fatores decisivos para a queda nas internações. "Os principais fatores são a cobertura vacinal associada às medidas de enfrentamento à pandemia que o Governo vem adotando, com destaque para os decretos regionalizados que possibilitaram maior integração das prefeituras com o Governo do Estado na fiscalização das medidas necessárias", destacou.

CASOS CONFIRMADOS

Em relação aos infectados por

coronavírus, foram 69.278 novos casos confirmados ao longo de junho; o mês começou com 270.887 casos e seguiu para 340.165. O número de casos confirmados em junho foi o maior em um mês no Rio Grande do Norte em 2021.

No entanto, a Sesap esclarece que o aumento de casos confirmados no boletim do dia 23 de junho, que chegou a 328.683 casos, 36 mil a mais do que o dia anterior, se deve ao início da utilização do Sistema Unificado de Vigilância Epidemiológica (SUVUPI) - ferramenta desenvolvida em parceria entre a pasta e o Instituto Metrópole Digital (IMD) da Universidade Federal do Rio Grande

do Norte (UFRN).

O novo sistema melhora o acompanhamento e a investigação dos casos, criação, edição, migração e unificação das notificações dos sistemas de informação ESUS-VE, SIVEP-GRIPE e GAL, otimizando a utilização pelos profissionais da vigilância nas regionais e municípios.

Portanto, o uso do novo sistema resultou em número mais alto de casos, em virtude da inserção de dados retidos do sistema SIVEP-GRIPE. De acordo com a Sesap, o ESUS-VE está com instabilidade desde março, chegando a reter os casos confirmados, o que impactou no número de casos do mês.

Marise Reis enfatiza que o contágio ainda preocupa. "Continuamos tendo casos porque o vírus segue circulando e as pessoas estão relaxando as medidas de prevenção. Os grupos que mais internam e que mais morrem estão protegidos pela vacina: os idosos e pessoas com comorbidades. A vacina não interfere no número de casos, porque o indivíduo que é vacinado pode pegar a covid-19, mas a chance de ser internado e morrer é muito menor", indicou.

"Estamos tendo mais casos na população jovem, que é a economicamente ativa e que está saindo para trabalhar. É por esse motivo que, mesmo não tendo reduzido a disseminação do vírus, estamos tendo redução de internações. Apenas com a vacinação de 70% da população é que teremos uma redução significativa dos casos", concluiu a infectologista.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-preva-aulas-presenciais-a-partir-da-pra-xima-semana/514436>

Natal prevê aulas presenciais a partir da próxima semana

« **EDUCAÇÃO** » Secretária de Educação de Natal, Cristina Diniz, prevê a data do dia 07 de julho para a retomada das aulas no formato híbrido

Há mais de um ano longe das salas de aulas por causa da pandemia da covid-19, as crianças e adolescentes da rede pública municipal de Natal poderão retomar as atividades presenciais na próxima semana. É o que prevê a programação da Secretaria Municipal de Educação (SME-Natal). A secretária Cristina Diniz já havia informado a proposta na Jo-

vem Pan News Natal no mês passado.

Segundo disse a secretária, o retorno das aulas presenciais se dará em formato híbrido e terá que atender "critérios da covid". A data para retorno dada é o dia 7 de julho, próxima quarta-feira.

Os critérios citados são a taxa de transmissibilidade da covid-19 estar abaixo de 1 no

município e a ocupação de leitos críticos estar abaixo dos 80% - ambos os critérios seriam atendidos hoje. Apesar da vacinação ser importante para garantir condições para o retorno das atividades presenciais, ela não consta como obrigatória no protocolo elaborado pela pasta ainda no ano passado. "O que existe são várias recomendações e etapas de cui-

dado da biossegurança em especial, como uso de álcool em gel, máscaras, instalação de lavatórios (...). Não vai haver nenhum termo a vacinação", explicou a secretária.

Em se confirmando a volta das aulas presenciais, um plano de retomada será publicado. A ideia é começar o processo dos mais novos até os alunos de maior faixa-etária.

01/07/2021

Link

<http://jornalagorarn.com.br/uploads/materiais/eada9ceb9494fc1ec6478140ea56dd06.pdf>

Índice de confiança do consumidor sobe em junho

O indicador da ACSP (Associação Comercial de São Paulo) que aponta a confiança do consumidor brasileiro em relação à economia cresceu pela primeira vez desde outubro do ano passado, chegando a 69 pontos em junho, em uma escala de 0 a 200.

O avanço de três pontos em relação a maio foi puxado pelas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. No Norte, a confiança caiu pelo terceiro mês consecutivo. No Nordeste, segue estável.

Apesar do resultado positivo no sexto mês do ano, quase 60% dos consumidores ainda dizem estar insatisfeitos com a economia, o emprego e a situação financeira atual.

Em relação ao consumo, 29%

69

Confiança do consumidor brasileiro numa escala que vai de 0 a 200

deles se dizem mais confiantes hoje do que seis meses atrás para comprar produtos como fogão e geladeira, enquanto 26% sentem segurança para investir em casa ou carro.

A ACSP prevê que o indicador vai manter o crescimento nos próximos meses, influenciado pela vacinação e pela retomada da atividade econômica.



Índice de confiança do consumidor sobe, mas insatisfação com emprego permanece

Turismo volta com força em 2022

CNC lança projeto “Vai Turismo – Rumo ao futuro”, que reunirá propostas para recomendação de políticas públicas que permitam o avanço do setor no pós-pandemia

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) deu um passo na busca de soluções para o resgate do setor turístico no pós-pandemia, a partir do mapeamento de demandas potenciais do turismo nacional. O projeto “Vai Turismo – Rumo ao futuro”, lançado no dia 22 de junho por meio de um webinar, visa integrar propostas do setor a fim de recomendar políticas públicas nas eleições em 2022.

O evento on-line, transmitido ao vivo pelo YouTube, com mais de 1.400 inscritos reuniu mais de 700 pessoas simultaneamente e contou com a participação de especialistas nacionais e internacionais que apresentaram cenários atuais, estudos e casos de sucesso no mundo. Na abertura do encontro, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, destacou a importância do setor para a economia brasileira.

“O turismo foi um dos setores que mais sofreram com a pandemia e ainda amarga prejuízos históricos. A CNC está empenhada em contribuir para que o setor retome seu protagonismo, gerando investimentos, empregos e renda. Para isso, precisamos de políticas públicas consistentes, efetivas e estruturantes, para o turismo nacional alcançar um novo patamar”, afirmou Tadros.

PERDAS

Desde o início da pandemia, em março de 2020, o turismo brasileiro perdeu R\$ 355,2 bilhões em receita. Como resultado, o segmento fechou mais de 35 mil estabelecimentos com vínculos empregatícios somente no ano passado. O saldo negativo corresponde à maior perda anual desde 2016, quando o Brasil



Turismo foi um dos setores que mais sofreram com a pandemia

“PRECISAMOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONSISTENTES, EFETIVAS E ESTRUTURANTES, PARA O TURISMO NACIONAL”

JOSÉ ROBERTO TADROS
Presidente da CNC

ainda sofria os efeitos da recessão, e representa um recuo de 13,9% em relação a 2019. Em junho de 2021, o turismo brasileiro ainda opera bem abaixo da sua capacidade, com apenas 48% da possibilidade mensal de geração de receitas.

Diante do cenário, Tadros ressaltou a importância da iniciativa integrada e multidisciplinar para a criação de propostas reais e executáveis, que serão entregues

aos candidatos a governos e presidência nas eleições de 2022. “Com a parceria das entidades da cadeia produtiva do turismo, das federações do comércio nos estados, do Sesc, do Senac e de profissionais e empresários, queremos identificar soluções que orientem o desenvolvimento desse setor, com propostas críveis, e que vão ajudar no crescimento do setor com ganhos para a economia e para a sociedade”, afirmou.

PROPOSTAS

O documento com recomendações vai propor medidas de curto prazo com visão estratégica de longo prazo. O primeiro passo é reunir empresários e re-

presentantes da cadeia produtiva do turismo – agências de viagens e operadoras e transportes turísticos, meios de hospedagem, estabelecimentos de alimentação, parques temáticos, eventos, entre outros – instituições de ensino e pesquisa, organizações civis e instâncias públicas.

Neste momento, serão feitos mapeamentos dos 26 Estados e do Distrito Federal com o perfil de cada localidade, as tendências e visão estratégica que podem ser exploradas, a atividade de transporte turístico e qualificação profissional, apontamento de destinos e atrativos que podem colaborar com o desenvolvimento dos

potenciais regionais.

A partir daí, serão construídos 28 documentos, 27 regionais e um nacional, com os diagnósticos objetivos de cada UF e as sugestões de políticas públicas. Para o resultado, o trabalho será dividido em quatro fases: mobilização, discussão de panorama e visão de futuro, propostas, validação e convergência dos documentos.

“A CNC tem o objetivo de fazer uma iniciativa diferente, oferecendo uma oportunidade de integrar propostas, um trabalho articulado, participativo, com projetos que se incorporem e dialoguem com a gente. À medida que ampliamos a discussão, a

gente aprende, agente saída nossa causa”, explica Gleice Guerra, uma das consultoras da assessoria técnica e metodológica do projeto.

A ação vai funcionar como uma grande consulta pública, liderada pelas Federações do Comércio (Fecomércio) e pela CNC, por meio do seu Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur/CNC). O diretor da CNC responsável pelo Cetur, Alexandre Sampaio, destaca que a iniciativa tem o objetivo de promover e fortalecer a integração entre instituições e atores do turismo nacional, para colocar o setor na agenda das políticas públicas estaduais e nacional. “Vamos criar um documento positivo, que seja realmente considerado e implementado nos planos de governo”, reforçou.

Os encontros vão acontecer entre julho e setembro e, em seguida, serão realizadas oficinas para consolidação das propostas em outubro, com o desenho de políticas públicas vitais para a sobrevivência, retomada e crescimento do Turismo. Os interessados poderão acompanhar os trabalhos e enviar propostas e sugestões por meio do site do projeto, o www.vaiturismo.com.br. Durante o evento, a CNC recebeu a primeira manifestação via portal, feita pela Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais.



CONHEÇA O PROJETO



02/07/2021

Vendedor de vacinas reafirma à CPI pedido de propina relatado à Folha

Durante depoimento, Luiz Paulo Domingueti Pereira divulga áudio do deputado Luis Miranda e vira alvo de embate entre senadores



Deputado Luis Miranda mostra conversa com a Davati, dando versão diferente de Domingueti. Pedro Ladeira/Folhapress

Renato Machado, Raquel Lopes e Julia Chaib

BRASILIA Luiz Paulo Domingueti Pereira, que representou a empresa Davati Medical Supply em uma negociação com o governo Jair Bolsonaro, reafirmou à CPI da Covid nesta quinta-feira (1º) que recebeu pedido de propina de um diretor do Ministério da Saúde para a compra de vacinas contra a Covid-19.

Domingueti também buscou implicar em sua fala o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), que se tornou um dos principais denunciadores de irregularidades na compra de vacinas pelo governo.

Disse que o parlamentar buscou a Davati para tentar intermediar a compra de vacinas e mostrou um áudio nesse sentido. Posteriormente, no entanto, foi rebatido pelo deputado Miranda e por Cristiano Alberto Carvalho, que se apresenta como procurador da Davati no Brasil.

Após Domingueti receber a informação de que o áudio tratava de uma negociação de luvas e tinha sido editado, ele disse que foi induzido ao erro. Afirmou ainda que o áudio teria sido enviado por Cristiano.

"A minha interpretação da mensagem que foi recebida é assim, ela não muda a contextualização do áudio, a prova, mas a perícia vai provar que eu recebi o áudio do Cristiano e a imagem. Agora..."

Por conta disso, alguns se-



Senadores ouvem áudio de Luis Miranda na CPI. Waldemir Barreto/Agência Senado

nistério, e se pediu o acréscimo de US\$ 1 por dose. Eu, já, de imediato, já disse que não teria com o fazer", completou. Domingueti disse também

Também acrescentou que chegou a Franco e Laurício através de uma ONG Senah, do Distrito Federal, que faz serviços humanitários.

“ [No jantar. Dias disse]

Continuação da pag A4

"[Miranda] procurou a Davati, se não me engano, o Cristiano, inclusive tentando negociar a aquisição de compra de

previsto para a próxima terça (6), seja reagendado. Isso porque ele está reunindo provas, que vão provar que existe um "grande mensalão" dentro do

nadores sugeriram a prisão de Domingueti acusando-o de dar falso testemunho. O pedido foi recusado pelo presidente da comissão, o senador Omar Aziz (PSD-AM).

“É uma prova fora do contexto e editada. Quando a gente não sabe das coisas, a gente não pode ser irresponsável de acusar”, disse Aziz, lembrando que a família do depoente sofreria o impacto da medida.

Aziz afirmou que a comissão deve realizar uma acusação entre Carvalho e Domingueti e também outra com os supostos participantes do jantar em que teria havido o pedido de propina.

O depoimento de Domingueti, que também é policial militar em Minas Gerais, acontece em um momento de grande pressão sobre o governo Bolsonaro, por suspeitas de corrupção envolvendo a compra de vacinas.

Na última terça-feira (29), em entrevista à Folha, Domingueti afirmou que recebeu pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de fechar contrato com o Ministério da Saúde. Disse que o diretor de Logística do ministério, Roberto Ferreira Dias, cobrou a propina em um jantar em Brasília no dia 25 de fevereiro.

“O pedido de propina se concretizou. O pagamento e a evolução do processo, não”, afirmou Domingueti à CPI da Covid nesta quinta-feira.

“[No jantar, Dias disse] que a vacina, naquele valor [US\$ 3,50], não seria feita a aquisição pelo ministério. A conversa começou assim: ‘Olha, nós temos que melhorar esse valor’. Ai, eu disse: ‘Mas eu tenho que tentar um desconto, eu não tenho [como dar desconto]’, disse o depoente aos senadores.

“[Ele respondeu] não, mas não é [para baixo]. É para cima, é para mais. E, aí, se pediu [a propina], porque se tinha que compor dentro do mi-

que participaram do encontro o tenente-coronel do Exército Marcelo Blanco, que foi assessor no Departamento de Logística do Ministério da Saúde. O policial também foi apresentado a uma fotografia do coronel Alexandre Martinelli e em seguida questionado se seria essa a quarta pessoa no encontro. Respondeu que sim, mas sem convicção.

“[Ele] se identificou como empresário. É possível que seja. Eu teria que o ver pessoalmente...”, disse.

Martinelli depois negou em entrevista à GloboNews que tenha participado.

Ao ser questionado sobre a possível participação de dois militares no jantar com o vendedor, o Exército afirmou apenas que o coronel Marcelo Blanco foi transferido para a reserva em janeiro de 2018 e o coronel Alexandre Martinelli em fevereiro deste ano.

Na CPI, Domingueti disse que esteve no ministério três vezes para tratar da proposta da venda. A Davati buscou a pasta para negociar 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca com uma proposta feita de US\$ 3,50 por cada (depois disso passou a US\$ 15,50).

Ele ressaltou aos senadores que se surpreendeu ao saber que o então secretário-executivo Elcio Franco, braço direito do ex-ministro Eduardo Pazuello, não sabia de uma oferta grande como aquela, envolvendo 400 milhões de doses. Franco ficou sabendo da oferta apenas quando os dois tiveram uma reunião no ministério. Então Domingueti constatou que sua proposta não teria avançado.

No depoimento desta quinta, Domingueti acrescentou que três diretores do ministério no total sabiam ao final da proposta das vacinas da AstraZeneca: Dias, Franco e Laurício (não soube informar o sobrenome), que são servidor da área de vigilância sanitária.

O depoente foi questionado pelo relator Renan Calheiros (MDB-AL) como a Davati conseguiria fornecer 400 milhões de doses, e respondeu de maneira vaga. O parlamentar pediu a apreensão do celular de Domingueti para que os fatos sejam esclarecidos.

O aparelho foi recolhido para inspeção e para ser “espeelhado”, tendo suas informações copiadas pela Polícia Legislativa. Ele seria devolvido ainda na noite de quinta-feira.

“A informação que nós tínhamos era que o dono da Davati, senhor Herman [Cardenas], tinha acesso alocado de mercado, que eram os proprietários dessa vacina”, afirmou o depoente.

Em um momento que provocou polêmica na sessão, Domingueti afirmou que a Davati havia sido procurada pelo deputado federal Luis Miranda para intermediar negócios envolvendo vacinas. O contato teria sido feito com o representante da empresa no Brasil, Cristiano Alberto Carvalho.

O deputado e seu irmão, o servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda, apontaram recentemente suspeitas de irregularidades na compra da vacina indiana Covaxin.

Os irmãos disseram à CPI que levaram as suspeitas ao presidente Bolsonaro e que ele teria mencionado que se tratava de um esquema envolvendo o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

A suspeita sobre a compra de vacinas veio à tona em torno da compra da Covaxin quando a Folha revelou no último dia 18 de junho o teor do depoimento sigiloso de Luis Ricardo Miranda ao Ministério Público Federal, que relatou pressão “atípica” para liberar a importação da vacina indiana. Desde então, o caso virou prioridade da CPI.

Continua na pág A5

que a vacina, naquele valor [US\$ 3,50], não seria feita a aquisição pelo ministério. A conversa começou assim: ‘Olha, nós temos que melhorar esse valor’. Ai, eu disse: ‘Mas eu tenho que tentar um desconto, eu não tenho [como dar desconto]’. [Ele respondeu] não, mas não é [para baixo]. É para cima, é para mais. E, aí, se pediu [a propina], porque se tinha que compor dentro do ministério, e se pediu o acréscimo de US\$ 1 por dose. Eu, já, de imediato, já disse que não teria como fazer

Fui surpreendido com uma ligação do Cristiano, da Davati, com uma repórter da Folha de S.Paulo. E o Cristiano relatando ‘olha, pode falar tudo’

Luiz Paulo Domingueti vendedor de vacina

vacinas”, disse Domingueti.

“Não fui eu, não [que ele procurou]. O Cristiano me relatava que, volta e meia, tinha parlamentares procurando e que o que mais o incomodava era o deputado Luis Miranda, o mais insistente com a compra, intermediação de vacinas”, disse o vendedor.

Domingueti então divulgou na sessão um áudio do deputado Miranda. A palavra “vacina”, no entanto, não é mencionada nesse áudio.

Ao saber da divulgação da gravação, Miranda foi ao Senado e pediu a prisão de Domingueti. Explicou que se tratava de um áudio de 15 de outubro de 2020, no qual negociava a aquisição de luvas por meio de uma empresa que possui nos Estados Unidos.

O material seria vendido para empresas privadas que abastecem o mercado americano. O áudio, disse, seria destinado a uma pessoa que ele identificou como Rafael Alves e que seria ligada ao representante da Davati no Brasil, Cristiano Alberto Carvalho.

“Ele bifeou e para o azar dele eu tenho toda a conversa aqui. Eu nunca tratei de vacina com eles”, disse o deputado ao deixar a sala da CPI.

“Agora precisamos saber quem plantou esse senhor aqui para mentir. Ele é um cavalo de troia. Se não prendermos ele, será uma vergonha. Confio nos senadores para que não passemos em branco”, completou Miranda.

Em seguida, o deputado deixou o Senado e disse que iria a um cartório para comprovar que o áudio é realmente de 2020. Acrescentou que ao retornar com a prova, pediria a prisão de Domingueti.

Miranda falou que se trata de uma armação que parte das mesmas pessoas que o atacam nas redes sociais, insinuando que seria o governo.

O deputado pediu que seu novo depoimento à comissão,

Ministério da Saúde.

Após a informação de que o áudio tratava da negociação de luvas, Domingueti recuou.

“O que acontece é: como houve a vinda do deputado aqui, por causa de vacina, e o print que ele enviou e embaixo o áudio sugestionava. Mas eu não posso fazer esse juízo de valor, se é ou não [vacina ou luva]. Quem pode dizer de que era essa transação, como é feita essa transação, de que produto que era, é somente, só o Cristiano”, disse.

A iniciativa de Domingueti de mostrar o áudio se deu após pergunta do senador Humberto Costa (PT-PE), que questionou se o deputado Miranda o havia procurado.

Nos bastidores, já se comentava que o grupo majoritário da comissão tinha conhecimento do contato que já existiu no passado entre Miranda e a Davati e que esse fato poderia ser levantado na sessão. Na noite desta quarta (30), Miranda se reuniu com Renan.

Domingueti afirmou que decidiu fazer a denúncia após o contato da renovação da Folha, que já apresentou suspeitas do pedido de propina.

“Fui surpreendido com uma ligação do Cristiano, da Davati, com uma repórter da Folha de S.Paulo. E o Cristiano relatando ‘olha, pode falar tudo, está aqui, fala o que você sabe’”, afirmou durante a oitiva.

Ele disse que a reportagem já tinha indícios e que ele apenas extermou as informações que tinha ao ser contatado. Também acrescentou que já havia feito as denúncias internamente, em conversa com o representante da empresa no Brasil.

“Tanto que, quando eu fui chamado pela Veja, perdão, Folha de S.Paulo, foi o Cristiano [Carvalho, representante no Brasil da Davati]. E ele disse à jornalista: ‘Se você quiser a verdade, ele vai te falar a verdade agora’”, completou.

02/07/2021

Repórter achou Domingueti ao investigar negócio da Davati

Dica sobre suspeita foi dada no depoimento de Ricardo Miranda na CPI

DEPOIMENTO FOLHA POR FOLHA

Constança Rezende

BRASÍLIA A Folha chegou na última terça-feira (29) até Luiz Paulo Domingueti Pereira durante uma apuração jornalística sobre possível pedido de propina nas negociações do Ministério da Saúde com a Davati Medical Supply, da qual atuava como representante.

A dica sobre essa suspeita havia sido dada no depoimento à CPI da Covid do chefe de importação de logística da pasta, Luis Ricardo Miranda, na última sexta-feira (25).

Na oitiva no Senado, o servidor citou que ouviu de um colega de ministério, Rodrigo de Lima, que uma negociação sobre vacinas não havia avançado por causa de pedido de propina. Procurado naquele mesmo dia pela reportagem, Lima negou ter falado sobre isso.

A reportagem insistiu na apuração e descobriu, por meio de fontes do Ministério da Saúde, que o episódio mencionado no depoimento de Luis Ricardo envolvia a Davati.

A reportagem apurou também que o pedido de propina teria ocorrido em encontro num restaurante, no Brasília Shopping, com o então diretor do Departamento de

Logística do ministério, Roberto Ferreira Dias.

Depois disso, a Folha obteve a documentação da proposta de vacinas da Davati enviada ao Ministério da Saúde —mesmo documento também foi encaminhado à CPI da Covid. Nele, aparece o nome de “Cristiano Hossri Carvalho” como procurador da empresa no Brasil.

Em pesquisas telefônicas, na terça-feira, a Folha chegou a um filho de Cristiano, que então passou o contato do pai. A reportagem o localizou no Twitter e mandou uma mensagem. Cristiano respondeu com seu número de telefone, que bateu com o contato passado pelo filho. A Folha então entrou em contato com ele em seguida.

Na conversa, Cristiano confirmou à reportagem o relato de que funcionários da Saúde fizeram proposta de propina de vacina no contrato. No entanto disse que não foi ele quem ouviu o pedido de propina, mas Luiz Paulo Domingueti Pereira, em um jantar com Roberto Dias em Brasília.

Segundo Cristiano, Domingueti o representava nas negociações com o ministério.

Na conversa com a Folha, Cristiano encaminhou, por exemplo, prints das conversas dele com Roberto Dias e áudios e conversas com o seu assessor, o tenente-coronel

Marcelo Blanco. Porém nesse material não havia menção a propina, apenas a negociações sobre vacinas.

Na documentação obtida pela Folha, inclusive assinada pelo CEO da Davati, Herman Cardenas, constava o nome Domingueti na proposta enviada ao ministério. Essa mesma documentação foi remetida à CPI.

A Folha insistiu sobre o episódio da propina, jornalisticamente de alta relevância. Cristiano disse que, co-

mo não participou do jantar no shopping em Brasília, consultaria Domingueti para saber se ele aceitaria falar com a reportagem.

Nesse meio tempo, o site G1 publicou reportagem mostrando que a CPI estava investigando as negociações da Davati com o Ministério da Saúde. A reportagem então o informou que a imprensa já estava noticiando de olho no tema e enviou a ele o link do G1.

A Folha insistiu para que Cristiano desse uma entrevista sobre o caso, inclusive sobre o pedido de propina. Cristiano retornou minutos depois, dizendo que Domingueti havia aceitado falar, e os dois ligaram para a reportagem na mesma chamada.

No início da conversa a Folha, Domingueti resistiu a dar entrevista e disse que não falaria em “on” (jargão em que o entrevistado aceita aparecer) porque precisaria avaliar juridicamente.

Diante da insistência da reportagem, Cristiano pediu para Domingueti contar sobre o jantar, ocorrido no dia 25 de fevereiro. Domingueti concordou e deu seu relato sobre o pedido de propina no Ministério da Saúde. A conversa durou 20 minutos.

Poucas horas depois, a Folha publicou a reportagem “Governo Bolsonaro pediu propina de US\$ 1 por dose, diz vendedor de vacina”.

[...]

A reportagem insistiu na apuração e descobriu, por meio de fontes do Ministério da Saúde, que o episódio mencionado no depoimento de Luis Ricardo [Miranda] envolvia a Davati

PAULO - 02/07/2021

Ex-diretor confirma encontro, mas nega pedido de propina e sugere armação

OUTRO LADO

Mateus Vargas

BRASÍLIA Ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias negou nesta quinta (1º) que tenha cobrado propina de Luiz Paulo Domingueti Pereira para negociar a compra de vacinas pelo governo Jair Bolsonaro.

Em nota divulgada nesta quinta, Dias reconheceu que se encontrou com Domingueti na noite de 25 de fevereiro, em um restaurante de Brasília, mas afirmou que não tratou de "propina, pedido de dinheiro, facilitação".

O ex-chefe da área de compras da Saúde disse que não conhecia Domingueti, e que o vendedor foi levado ao restaurante pelo tenente-coro-

nel do Exército Marcelo Blanco, que havia trabalhado no ministério até 19 de janeiro.

Dias sugere que a denúncia de propina é uma armação e que pode estar sendo usado de "fantoche para algo".

"Preciso saber qual a motivação desse senhor para nesse momento vir contar essa história absurda. Quem ele quer atingir ou proteger? Estou sendo usado de fantoche para algo?", questionou o ex-diretor do Ministério da Saúde.

Ele afirma que a proposta apresentada pela Davati era "muito improvável de estar à disposição naquele momento". A AstraZeneca, em nota, informou que não atua por meio de intermediários.

O servidor foi exonerado do ministério na última terça-feira (29), depois que a Folha revelou a denúncia de suposto pedido de propina.

Nesta quarta, a Folha revelou que emails mostram que o Ministério da Saúde nego-

ciou oficialmente venda de vacinas com representantes da Davati. As mensagens da negociação foram trocadas entre Roberto Dias, Herman Cardenas, que aparece como CEO da empresa, e Cristiano Alberto Carvalho, que se apresenta como procurador dela.

Em nota, Dias narra que o Departamento de Logística recebeu e-mail de Cristiano Carvalho, que representaria a Davati, em 22 de fevereiro. A proposta de doses da AstraZeneca teria sido enviada no dia 25 do mesmo mês, data do encontro com Domingueti em restaurante de Brasília.

No dia 26 de fevereiro, segundo Dias, foi agendada uma reunião com Cristiano Carvalho, mas Domingueti foi ao ministério. "Registra-se que todos os e-mails tro-

cados foram com Cristiano Carvalho e Herman Cardenas (dono da Davati) e, que apenas no dia 26/02/2021 o Sr. Herman informou que 'está encaminhando a proposta de 400.000.000,00 (quatrocentos milhões) de doses da Astrazeneca, como solicitado pelo Sr. Luiz Paulo Domingueti Pereira'. Sendo esta, a única menção ao nome de Domingueti", disse Dias.

Segundo o ex-chefe da área de compras da Saúde, a Davati jamais apresentou documento provando que poderia negociar doses da AstraZeneca. "Tão descabida era a proposta que não houve prosseguimento por nenhuma área do Ministério", disse ele.

Na leitura de Dias, a empresa buscava uma carta de interesse de compra do governo federal, para se "cacifar perante as indústrias".

"Assim, reitero o quanto FANTASIOSA é essa estória, pois se existiu algum pedido, ofe-

recimento de propina, EU ROBERTO DIAS DESCONHEÇO!!!! Uma vez que jamais fiz ou faria qualquer tipo de ato que fuja de minha atuação ética e moral!!!", disse Dias.

Ele também questiona a "reputação" da Davati, e levanta suspeitas de "terceiros interessados" na divulgação da denúncia de suposta propina.

"O fato é que, manifestamente, existem terceiros interessados...", afirmou Dias, sem entrar em detalhes.

O ex-chefe de logística da Saúde ainda nega que fez pressão sobre Luis Ricardo Miranda, chefe de importação do ministério, para para acelerar a importação de doses da vacina indiana Covaxin. "Acredito que ele tenha se equivocado ou, intencionalmente direcionado a mi-

nha pessoa", afirmou.

Luis Ricardo disse à CPI, na semana passada, que Dias era um dos nomes que o pressionavam para adiantar a licença de importação da Covaxin.

Empresa admite que autor de denúncia negociou vacina

BRASÍLIA A Davati Medical Supply admitiu que Luiz Paulo Domingueti Pereira intermediou a negociação da empresa com o governo. A informação foi divulgada em nota enviada à imprensa na noite desta quarta-feira (30).

A empresa afirmou na nota que Domingueti não tem vínculo empregatício e atua como vendedor autônomo. Segundo a nota, ele foi o responsável por apresentar o grupo a Roberto Ferreira Dias.

"Nesse caso, ele apenas

intermediou a negociação da empresa com o governo, apresentando o senhor Roberto Dias", disse.

"Sobre a denúncia relatada por Domingueti, de que o Ministério da Saúde teria solicitado uma 'comissão' para a aquisição das vacinas, a Davati afirma que não tem conhecimento", afirmou.

A Davati também afirmou que o seu representante no país é Cristiano Alberto Carvalho, que aparece em emails trocados com o governo e a empresa nas negociações.

Segundo a nota da Davati, Carvalho teria informado à empresa sobre a necessidade do Brasil de adquirir vacinas para combate à Covid-19.

A Davati buscou a pasta para negociar 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca com uma proposta fei-

ta de US\$ 3,5 por cada (depois disso passou a US\$ 15,5).

"A empresa localizou um distribuidor que afirmou ter uma alocação de produção de aproximadamente 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca. A Davati, então, por iniciativa própria, contactou o governo brasileiro para verificar se havia interesse nessas doses e se disponibilizou para intermediar. Este é um procedimento normal de negociação", disse.

Segundo a Davati, o contato se deu através de email, enviado em 26 de fevereiro deste ano pelo executivo Herman Cardenas, CEO da empresa, a Roberto Dias.

O Grupo Davati é uma holding fundada pelo empresário Herman Cardenas, com sede no Texas, Estados Unidos, que possui vários negócios no estado. A Davati Medical Supply é uma subsidiária do Grupo Davati, que desde 2014 também atua como distribuidora em todo o mundo. CR

02/07/2021

Presidente ironiza denúncia de pedido de propina na Saúde

Bolsonaro diz que representante de empresa relatou 'propininha de R\$ 2 bi'

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Ao comentar o depoimento de Luiz Paulo Domingueti Pereira à CPI da Covid, Jair Bolsonaro (sem partido) atacou os parlamentares de oposição que compõem a comissão e disse, em tom irônico, que o então representante da empresa Davati Medical Supply relatou uma "propininha de R\$ 2 bilhões".

"[Domingueti] falou que foi procurado para uma propina, pouca coisa, 400 milhões de doses, US\$ 1 por dose, propininha de R\$ 2 bilhões. Ele não aceitou. E depois [Domingueti] cita o nome de um deputado. Vocês acham que deputado é esse né?", disse o presidente nesta quinta (1º), em sua live semanal nas redes sociais.

Domingueti, que representou a Davati em uma negociação com o governo, reafirmou à CPI que recebeu pedido de propina de um diretor do Ministério da Saúde para a compra de vacinas contra a Covid-19, conforme revelou em entrevista à **Folha**.

Roberto Ferreira Dias, então diretor de Logística da pasta, foi exonerado após a publicação da entrevista. Em nota nesta quinta, ele reconheceu que se encontrou com Dominguetti, mas afirmou que não tratou de "propina, pedido de dinheiro, facilitação".



Transmissão da TV Brasil na manhã desta quinta, com ida de Bolsonaro a igreja Reprodução

O vendedor também buscou implicar em sua fala o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), que se tornou um dos principais denunciadores de irregularidades na compra de vacinas pelo governo.

Na live, Bolsonaro comemorou a participação de Domingueti na CPI. "Eu quero ver como [a imprensa] vai reagir à questão da CPI. Hoje foi bonito quando o cabo [Domingueti] lá se dirigiu ao senador e falou um negócio meio esquisito", disse, sem especificar a que episódio se referia.

O presidente ainda voltou a atacar o colegiado. "O que a CPI contribuiu para evitar ou diminuir o número de mortes? O que eles fizeram? Nada. É só um inferno o tempo todo, tentando de toda maneira atingir o governo".

Na transmissão, ele também criticou o superpedido de impeachment contra ele protocolado nesta quarta-feira (30).

O documento é resultado de uma articulação de partidos de oposição e ex-aliados do presidente. O grupo reúne cerca de 140 deputados — para eventual impeachment passar pela Câmara, são necessários 342 votos dos 513 deputados.

O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), aliado de Bolsonaro, disse nesta quinta que não há materialidade e disposição política para o impeachment neste momento.

Em referência ao depoimento de Domingueti à CPI, Lira afirmou que impeachment não se faz com base em falas. "Um dá um depoimento de um jeito, outro dá de outro. Um dia você tem uma situação, outro dia se reverte", disse. "A CPI vai ter seu fluxo normal. E nós vamos esperar".

Na live, Bolsonaro também disparou contra movimento no STF contra a aprovação do projeto que institui uma modalidade de voto impresso. A articulação conta com o apoio de partidos no Congresso, inclusive de legendas que dão sustentação ao Planalto.

A proposta é bandeira de Bolsonaro, que alega, sem provas, que a urna eletrônica é passível de fraude. Ele voltou a afirmar que o STF teria restituídos os direitos políticos do ex-presidente Lula para que o petista vença o pleito em 2022 mediante suposta fraude.

"Eu entrego a faixa presidencial para qualquer um que ganhar de mim de forma limpa, na fraude, não", disse.

O presidente ainda investiu contra Alexandre de Moraes (STF), que determinou o arquivamento do inquérito dos atos antidemocráticos e a abertura de outra apura-

ção para investigar uma organização criminosa digital voltada a atacar as instituições a fim de abalar a democracia.

O magistrado faz referência ao deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) 12 vezes na decisão desta quinta. "Uma covardia que estão fazendo, Alexandre de Moraes, é uma covardia", disse o presidente.

Mas cedo nesta quinta, Bolsonaro foi à Paróquia Nossa Senhora da Saúde, na Asa Norte de Brasília, em ato combinado com a administração da paróquia na quarta-feira (30).

Deputados aliados, como Bia Kicis (PSL-DF), estavam presentes. A imprensa ficou do lado de fora da igreja — próxima a uma quadra de apartamentos funcionais, onde moram os parlamentares.

O evento religioso não estava na agenda oficial, mas foi transmitido ao vivo pela estatal TV Brasil por mais de uma hora. A missa foi descrita pelo padre Rafael Souza dos Santos como "iniciativa para estreitar laços com aqueles que representam cada um de nós, que são nossos parlamentares, nossos paroquianos".

Bolsonaro foi citado por padre Rafael e pelo arcebispo de Brasília, Dom Paulo César Costa, durante a celebração. "Senhor excelentíssimo presidente, é uma grata alegria tê-lo aqui em nossa comunidade paroquial", disse o padre.

"Quando não é Deus que conduz nossa vida e história, o mal prevalece", prosseguiu.

O presidente usou máscara durante a missa, mas retirou-a para a comunidade e não a vestiu novamente, mesmo quando aglomerou para fazer fotos. Colaborou Danielle Brant.

“ [Domingueti] falou que foi procurado para uma propina, pouca coisa, uma propininha de R\$ 2 bilhões. Não aceitou

Jair Bolsonaro presidente

02/07/2021

Diretor autorizou R\$ 1,6 bi para Covaxin apesar de pendências

Roberto Dias é acusado de pedir propina e de pressão por liberação da vacina

Vinicius Sassine

BRASÍLIA O diretor do Ministério da Saúde demitiu após relato de que fez pedido de propina foi o responsável por aprovar e autorizar a reserva de R\$ 1,61 bilhão para o pagamento pela vacina Covaxin.

Roberto Ferreira Dias desistiu de dinheiro em 22 de fevereiro deste ano, em um momento em que faltavam documentos básicos para o negócio, como contrato e regularidade fiscal na Índia.

Dias ocupou o cargo de diretor do Departamento de Logística em Saúde desde o início do governo Jair Bolsonaro (sem partido). Ele chegou à função em 8 de janeiro de 2019, por indicação atribuída ao deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara. O congressista nega. O representante de uma vendedora de vacinas afirmou em entrevista à *Folha* na terça (29) que recebeu pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de fechar contrato com o Ministério da Saúde.

Luiz Paulo Domingueti Pereira, que se apresenta como representante da empresa Davati Medical Supply, disse que Dias cobrou a propina em um jantar no restaurante Vasto, no Brasília Shopping, região central da capital federal, no

dia 25 de fevereiro.

Dias foi exonerado do cargo. A demissão foi publicada no Diário Oficial da União de quarta-feira (30).

Ele mesmo foi citado pelo servidor Luis Ricardo Miranda, chefe de importação no ministério, como um dos responsáveis pela pressão atípica para liberar a Covaxin.

Irmão do servidor, o deputado Luis Miranda (DEM-DF) afirmou à *Folha* que era Dias que dava as cartas dentro do ministério. "Nada ali aconteceu o Roberto não quis", disse.

Dias nega tanto ter pedido propina por vacinas quanto ter feito pressão indevida sobre o servidor da Saúde.

Novos documentos obtidos pela reportagem mostram que foi o então diretor do Departamento de Logística o responsável por garantir a reserva de R\$ 1,61 bilhão para pagar por 20 milhões de doses da vacina Covaxin, antes mesmo da assinatura do contrato e com pendências básicas no curso da negociação.

Um despacho de Dias, às 18h57 de 22 de fevereiro, confirmou a dispensa de licitação para a contratação da empresa indiana Bharat Biotech, com representação no Brasil feita pela Precisa Medicamentos, que assina o contrato.

O mesmo despacho autori-



O ex-diretor de logística do Ministério da Saúde Roberto Dias em entrevista em 2020. Marcelo Casali - Eabr.20/Agência Brasil

zou a emissão da nota de empenho "em favor da Bharat Biotech, representada pela empresa Precisa".

A nota de empenho é a autorização do gasto. O documento reservou o valor integral previsto em contrato, R\$ 1,61 bilhão, não pode ser usado com outra finalidade.

Dias também assinou o documento com aprovação da nota de empenho, no mesmo

dia 22 de fevereiro. O despacho referente à aprovação encaminhou a nota para assinatura pelo ordenador de despesas no Ministério da Saúde.

O Departamento de Logística em Saúde (a sigla é DLOG) aparece como emissor da nota de empenho, incluída no sistema às 17h41 de 22 de fevereiro. A favorecida, conforme o documento, é a Precisa.

Enquanto a reserva do di-

nheiro era providenciada, representantes da empresa eram comunicados sobre pendências básicas para a assinatura do contrato.

Não havia no processo, naquele momento, documento que comprovasse a regularidade fiscal da Bharat Biotech na Índia. Nem mesmo o documento equivalente ao CNPJ havia sido providenciado, segundo um aviso da área técnica do ministério à Precisa.

Outras pendências no começo da noite de 22 de fevereiro eram a tradução juramentada desses documentos, o contrato social em vigor, o vínculo entre Bharat Biotech e Precisa, a procuração da Bharat para diretores da Precisa e declaração de inexistência de fatos impeditivos.

O contrato foi assinado em 25 de fevereiro. Dias assinou como um dos representantes do Ministério da Saúde. Diante das suspeitas que recaem sobre a contratação, o governo Bolsonaro decidiu suspender o contrato. A decisão foi anunciada nesta terça.

No mesmo dia, após a *Folha* publicar a revelação de cobrança de propina, o ministério comunicou a demissão de Dias da direção do Departamento de Logística em Saúde. Depois da suspensão do contrato, o governo avalia anulá-lo, no momento em que avança as investigações sobre possíveis irregularidades.

ACPI aprovou a convocação para depoimento de todos os atores envolvidos nessas suspeitas. Entre eles estão Dias, Barros e Domingueti, que depôs nesta quinta (1º) e confirmou as informações publicadas pela *Folha* na quarta.

Em nota, a Precisa afirmou que foi transparente e seguiu

a legislação ao negociar a Covaxin. Ela negou ter existido qualquer vantagem ou favorecimento.

"A Precisa informa que as tratativas entre a empresa e o Ministério da Saúde seguiram todos os caminhos formais e foram realizadas de forma transparente junto aos departamentos responsáveis do órgão federal."

A *Folha* revelou no dia 18 de junho a existência e o teor do depoimento dado ao MPF (Ministério Público Federal) pelo servidor Luis Ricardo Miranda.

Ele apontou pressão para garantir a importação de doses, apesar da falta de documentos básicos e de erros em futuras, com previsão não contratual de pagamento antecipado de US\$ 45 milhões.

O caso da Covaxin cresceu, passou a ser o foco principal da CPI da Covid no Senado e deixou acuado o governo Bolsonaro.

Miranda foi ouvido pela CPI uma semana depois, com seu irmão, Luis Miranda. O servidor confirmou os mesmos termos do depoimento ao MPF. O congressista afirmou ter levado ao presidente da República as informações sobre o que ocorria na contratação da Precisa Medicamentos.

Segundo o deputado Bolsonaro disse que comunicaria a Polícia Federal sobre as suspeitas que havia escutado. Na mesma conversa, ainda segundo o congressista, o presidente disse que seu líder na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), estaria por trás das suspeitas.

O presidente não acionou a PF, e a oposição acusou o chefe do Executivo, no STF, de prevaricação.

SÃO PAULO - 02/07/2021

Denúncias de corrupção põem reformas em risco e preocupam equipe econômica

Avaliação é que suspeitas possam prejudicar votações no Congresso; dólar volta a fechar acima de R\$ 5

Fábio Pupo e
Bernardo Caram

BRASÍLIA A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) teme os efeitos da crise política do governo Jair Bolsonaro nas reformas econômicas. As denúncias de corrupção, a CPI da Covid e a aproximação da eleição põem a pasta em alerta.

Assessores do ministro já calculam o risco de o cenário atual de escândalos afetar não só o andamento das reformas tidas como estruturais como o formato final dos textos em discussão no Congresso.

A Folha mostrou que empresários e investidores brasileiros começaram a ficar preocupados com a série de escândalos na compra de vacinas. Isso poderia, para eles, comprometer as principais propostas de Guedes.

Haveria eventual aumento do risco-país e fuga de capital, em especial em caso de impedimento de Bolsonaro. Na quarta (30), foi apresentado na Câmara um superpedido de impeachment.

Nesta quinta (1º), em reação à crise política, o real foi a moeda que mais se desvalorizou no mundo ante o dólar, segundo dados da Bloomberg.

A moeda americana subiu 1,46%, para R\$ 5,0450, maior valor desde 18 de junho. Foi a primeira vez desde 21 de junho (R\$ 5,02) que o dólar terminou a sessão acima de R\$ 5,

O Ibovespa cedeu 0,89%, a 125.666,19 pontos, menor patamar desde 28 de maio, na contramão dos índices dos EUA e da Europa, que fecharam em alta.

Integrantes da equipe de Guedes afirmam que as denúncias devem ser apuradas. No entanto, eles apostam na manutenção da base parlamentar e no insucesso dos pedidos de impeachment.

Mesmo assim, parte dos membros relata o receio de que as suspeitas de corrupção no Ministério da Saúde não parem por aí e cresçam a ponto de prejudicar a articulação em projetos prioritários.

Os casos vêm se avolumando. A Folha mostrou que representante de uma vendadora de vacinas diz ter recebido de um diretor da pasta da Saúde pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de fechar um contrato.

A Folha revelou ainda, no dia 18 de junho, o teor do depoimento sigiloso do servidor Luis Ricardo Miranda ao MPF (Ministério Público Federal), no qual relatou pressão atípica para liberar a importação da Covaxin. Desde então, o caso está no foco da CPI.

Além de intensificar as críticas que as reformas apresentadas já vêm recebendo, o cenário político tumultuado pode ter como efeito colateral, na visão da equipe de Guedes, o desequilíbrio orçamentário



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante audiência pública nesta quinta-feira (1º). Edu Andrade/Divulgação Ministério da Economia

em uma das principais iniciativas do governo para o ano eleitoral: a reformulação do Bolsa Família.

Isso porque o novo programa social a ser lançado por Bolsonaro em meio à queda de popularidade e às vésperas de ano eleitoral depende de até R\$ 20 bilhões a serem obtidos com as mudanças no Imposto de Renda em 2022, como mostrou a Folha.

Caso o projeto de lei do governo enviado na semana passada seja alterado demais, com a classe política buscando maior apoio da opinião pública em meio a um enfraquecimento da articulação, a mar-

gem de manobra para o programa pode diminuir.

Apesar de usarem o argumento de que a reforma tributária deve ser fiscalmente neutra, não há garantia de que o Congresso seguirá tal premissa durante a tramitação.

Também tem sido considerado na equipe o risco de as discussões da reforma se prolongarem em meio às vésperas do calendário eleitoral a ponto de não haver aprovação em 2021, impedindo as novas receitas no próximo ano e forçando a busca por alternativas.

Para parte dos integrantes ouvidos, a janela de aprovação de projetos pode até se encen-

Já a reforma administrativa, que é alvo de críticas de servidores, também pode ter ataques intensificados em meio ao cenário caótico, de acordo com o entendimento de integrantes da equipe.

Nesse caso, tem influência o interesse de congressistas de diferentes partidos em usar as críticas à proposta como palanque eleitoral — agradando a categorias que vão de professores a policiais.

Em meio às preocupações, pessoas próximas a Guedes pretendem reforçar o contato com congressistas da base aliada. A ideia é manter um ambiente favorável e fazer a pauta econômica caminhar em paralelo às investigações.

Colaboraram Daniel Carvalho, de Brasília, e Jullia Moura, de São Paulo

Guedes afirma que CPI da Covid é 'perde-perde enorme'

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quinta (1º) que a CPI antecipa o ciclo eleitoral e sugeriu que a apuração de eventuais culpas seja feita depois que "acabar a guerra". Em vídeo-conferência com o empresário Abílio Diniz, o ministro afirmou que não vai se meter em política, mas fez críticas à atuação da CPI. "Eu sempre dizia que tanto para distribuir medalhas, dar aumento de salário ao funcionalismo, quanto para apurar culpa, que é o tribunal de guerras, primeiro você espera a guerra acabar. Estamos em pleno combate à pandemia, você precisa acabar a guerra. Quando acabar, você dá medalha para quem trabalhou direito e dá punição no tribunal de guerra para quem cometeu crimes de guerra."

02/07/2021

Limite a IR simplificado pode dobrar tributo para classe média

Reforma proposta pelo governo impõe teto de renda a modelo de declaração

Douglas Gavras

SÃO PAULO O limite de renda de R\$ 40 mil por ano para que o contribuinte possa fazer a declaração simplificada de Imposto de Renda, conforme proposta de reforma apresentada há uma semana pelo governo Jair Bolsonaro (sem partido), vai prejudicar o brasileiro de classe média de menor renda e que não tem deduções com dependentes.

Segundo o projeto, o desconto de 20% fica restrito a quem recebe até R\$ 40 mil por ano — ou seja, até R\$ 8.000 de abatimento. Hoje, o percentual é aplicado sobre a base de cálculo de imposto, com limite de R\$ 16.754,34.

Cálculos feitos pela Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) a pedido da Folha mostram que a mudança pode mais que dobrar o valor do imposto pago pelo contribuinte que ganha acima do teto anual e não tem dependentes.

Um exemplo: sem ter deduções a fazer com dependentes, despesas com instruções ou despesas médicas, o que aliviaria no cálculo final do imposto, um contribuinte com renda anual de R\$ 48 mil (ou R\$ 4.000 por mês), que teria de recolher R\$ 630 pela declaração simplificada, passaria a pagar R\$ 1.329,68 com a versão completa — aumento de 111%.

Para um chefe de família com a mesma renda anual, mas com dois dependentes, a situação se inverte e a declaração completa fica mais vantajosa. Em vez de recolher os R\$ 630 da modalidade simplificada, ele poderá

pagar R\$ 104,35 pela comple-

Aperto para a menor renda

Veja diferenças no cálculo das declarações, simplificada ou completa, alvos da proposta do governo

Renda anual de R\$ 48 mil

Valores em R\$	Simplificada		Completa		Aumento no valor pago, com a mudança
	Desconto padrão		Base de deduções		
Sem dependentes	Desconto padrão	9.600	Base de deduções	43.064,52	111,1%
	Imposto a pagar	630	Imposto a pagar	1.329,68	

Com dois dependentes	Desconto padrão	9.600	Base de deduções	31.391,36	Completa é mais vantajosa
	Imposto a pagar	630	Imposto a pagar	104,35	

Renda anual de R\$ 60 mil

Valores em R\$	Simplificada		Completa		Aumento no valor pago, com a mudança
	Desconto padrão		Base de deduções		
Sem dependentes	Desconto padrão	12.000	Base de deduções	53.384,52	47,4%
	Imposto a pagar	2.070	Imposto a pagar	3.056,52	

Com dois dependentes	Desconto padrão	12.000	Base de deduções	41.711,36	Completa é mais vantajosa
	Imposto a pagar	2.070	Imposto a pagar	1.126,70	

Renda anual de R\$ 120 mil

Valores em R\$	Simplificada		Completa		Aumento no valor pago, com a mudança
	Desconto padrão		Base de deduções		
Sem dependentes	Desconto padrão	16.754,34	Base de deduções	110.976,12	13,1%
	Imposto a pagar	16.257,56	Imposto a pagar	18.383,43	

Com dois dependentes	Desconto padrão	16.754,34	Base de deduções	99.302,96	Completa é mais vantajosa
	Imposto a pagar	16.257,56	Imposto a pagar	15.173,31	

Renda anual de R\$ 180 mil

Valores em R\$	Simplificada		Completa		Aumento no valor pago, com a mudança
	Desconto padrão		Base de deduções		
Sem dependentes	Desconto padrão	16.754,34	Base de deduções	170.976,12	6,5%
	Imposto a pagar	32.757,56	Imposto a pagar	34.883,43	

Com dois dependentes	Desconto padrão	16.754,34	Base de deduções	159.302,96	Completa é mais vantajosa
	Imposto a pagar	32.757,56	Imposto a pagar	31.673,31	

Fonte: Unafisco, a partir da tabela progressiva do PL 2337/2021

ta, considerados os descontos com instrução e dependentes.

Na avaliação do presidente da Unafisco, Mauro Silva, a medida onera uma fatia já fragilizada dos contribuintes. "Quem ganha mais de R\$ 10 mil por mês até consegue ter plano de saúde e colocar o filho na escola particular e já usava o formulário completo de declaração. Mas essa não é a situação de vários outros contribuintes."

Quando esse contribuinte é retirado da modalidade simplificada e tem de pagar mais imposto, acaba comprometendo uma parcela maior da sua renda.

Para Silva, a proposta do governo acerta ao reajustar a tabela, mas erra ao punir a classe média de menor renda, e essa é uma distorção que o Congresso precisa corrigir ao avaliar a reforma.

No caso de um contribuinte com renda anual de R\$ 60 mil, igualmente sem deduções, o acréscimo no IR a pagar será de 47,7% com a declaração passando de simplificada para a completa, ou de R\$ 2.070 para R\$ 3.056,52.

Da mesma forma, a declaração completa é mais desvantajosa para quem não tem dependentes e recebe uma renda anual de R\$ 120 mil. Nesse caso, o contribuinte irá pagar 13,1% a mais de imposto na declaração completa, ao não poder optar pela modalidade simplificada, uma diferença de mais de R\$ 2.125.

Já para o contribuinte sem despesas com dependentes e com renda anual de R\$ 180 mil, a diferença entre tipos de declaração cai, mas ainda é significativa: de 6,5% a mais. As contas da entidade já consideram as despesas com Previdência para todas as faixas de renda.

"Não tem de ter teto para a declaração simplificada. Quem ganha mais acaba não usando o desconto padrão, mas quem mais precisa é quem recebe até R\$ 6.000 por mês", diz Silva.

A mudança acaba afetando a baixa classe média, reforça o economista do Insper Sérgio Firpo. "O governo parece

não ter tido coragem de mexer nas deduções de gastos com saúde e educação e precisava tirar de algum lugar para garantir o aumento da faixa de isenção do IR."

A proposta do governo entregue à Câmara também detalha a mudança na faixa salarial de isenção do IR, que iria dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500.

Atualmente, o contribuinte pode optar pelo modelo simplificado de declaração, sem precisar incluir gastos para dedução de imposto e podendo contar com o desconto padrão.

Em 2019, 17,5 milhões de brasileiros declararam IR pelo formulário simplificado e o imposto devido totalizou R\$ 60 bilhões.

Ao propor a mudança na semana passada, a expectativa do Ministério da Economia é que a medida eleve a tributação de milhões de contribuintes. Segundo a pasta, a mudança pode levar a um aumento de R\$ 9,9 bilhões na arrecadação no ano que vem e de R\$ 10,2 bilhões em 2023.

De acordo com estudo dos pesquisadores Manoel Pires e Fábio Goto, do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), o teto para o imposto simplificado poderá atingir 2 milhões de pessoas.

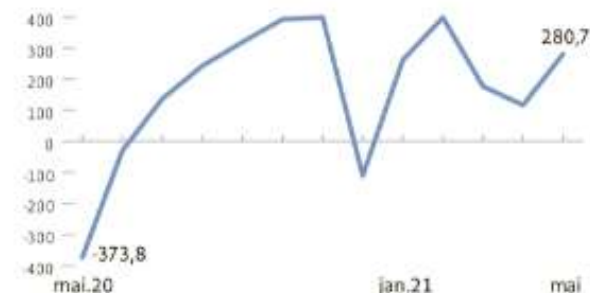
Corte do IR de empresa pode ser de dez pontos com menos subsídios, afirma Guedes

Na proposta de reforma do IR enviada ao Congresso na sexta-feira (25), o governo propôs a redução da alíquota do IR de empresas dos atuais 15% para 10%, com um escalonamento de 2,5 pontos percentuais no primeiro ano e mais 2,5 pontos no segundo ano. "Podemos reduzir 10% [dez pontos percentuais] no Brasil inteiro se conseguirmos eliminar alguns subsídios que são dados para algumas empresas, poucas empresas", disse.

02/07/2021

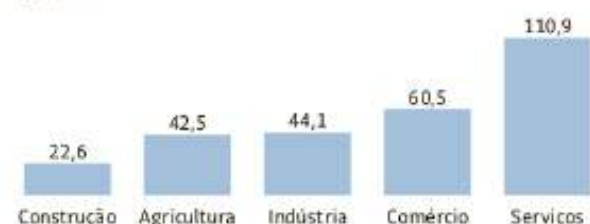
Criação de emprego formal

Saldo de vagas, em mil



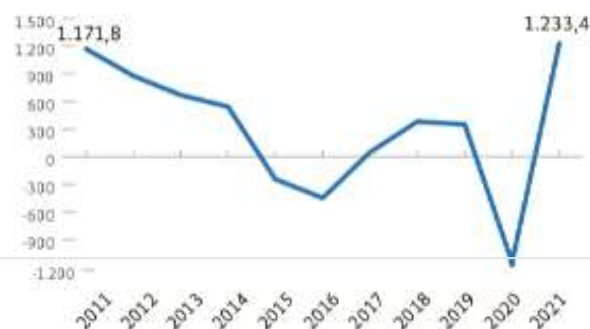
Cinco setores da economia abriram vagas em maio

Vagas, em mil



Saldo de emprego formal de janeiro a maio

Vagas, em mil



*Até 2019, o Caged tinha metodologia diferente | Fonte: Ministério da Economia

Emprego formal volta a acelerar em maio, e país cria 280,7 mil vagas

Thiago Resende

BRASÍLIA Em maio, foi registrada a abertura de 280.666 vagas de emprego com carteira assinada no Brasil, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). O dado mostra uma recuperação do mercado de trabalho — havia sido 178 mil novos postos de trabalho em março e 116,5 mil em abril.

De janeiro a maio, o saldo é positivo, com 1,233 milhão de novas vagas. No mesmo período do ano passado, foi fechado 1,144 milhão de vagas de empregos formais.

O resultado de maio reflete o desempenho positivo em todos os cinco grandes setores da economia brasileira. O resultado foi puxado pelo setor de serviços, que abriu 110,9 mil vagas de emprego no mês.

Em seguida figuram comércio (60,5 mil), indústria (44,1 mil novos postos), agropecuária (42,5 mil vagas abertas) e, por último, construção (22,6 mil).

Para especialistas, no entan-

to, os dados do Caged precisam ser analisados com ressalvas desde o ano passado, quando houve mudança na metodologia.

Desde janeiro de 2020, as informações vêm do eSocial, sistema de escrituração que unificou diversas obrigações dos empregadores. Além de reunir mais informações na mesma base de dados, o novo Caged tornou obrigatório informar a admissão e demissão de empregados temporários. Antes, essa comunicação era facultativa.



Brasil ultrapassa 100 milhões de doses aplicadas de vacinas contra a Covid-19

População totalmente imunizada, no entanto, corresponde a cerca de 16% dos maiores de 18 anos

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO O Brasil superou, nesta quinta-feira (1º), a marca de 100 milhões de doses aplicadas de vacinas contra a Covid-19. Os 100 milhões se dividem em 74,539,876 milhões de primeiras doses e 25,944,570 de segundas doses. Além disso, entram na conta 636,015 doses únicas.

Proporcionalmente, porém, apenas 16,52% da população com mais de 18 anos (pouco mais de 26 milhões de pessoas) está completamente imunizada (com duas doses ou com vacina de dose única), segundo dados do consórcio de veículos de imprensa, formado por Folha, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1 para reunir e divulgar os números relativos à pandemia do coronavírus. As informações são coletadas diariamente com as Secretarias de Saúde estaduais.

Até recentemente, a maior fatia no bolo da vacina era

da Coronavac, da farmacêutica chinesa Sinovac produzida no Brasil pelo Instituto Butantan. Trunfo político do governador de São Paulo, João Dória (PSDB), ela foi a primeira vacina contra a Covid-19 a ser aplicada no país, em janeiro, e sustentou por um bom tempo a campanha de imunização nacional.

Em seguida, o imunizante da AstraZeneca/Universidade de Oxford, produzido no Brasil pela Fiocruz, começou a ser aplicado, e hoje já responde por fatia maior do que a da Coronavac. As duas vacinas representam, respectivamente, 34% e 57% das primeiras doses aplicadas no país.

A Coronavac e a vacina da AstraZeneca foram os primeiros imunizantes a receberem aprovação emergencial pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para aplicação no país, em janeiro. Em 23 de fevereiro, veio a aprovação — já definitiva — da vacina da Pfizer. Por fim, em 31 de março, a Anvisa concedeu a aprovação emergencial da vacina da Janssen (braço farmacêutico da Johnson & Johnson), de dose única.

Com aprovações e contratos posteriores, essas duas últimas

Brasil acelera vacinação contra Covid em junho

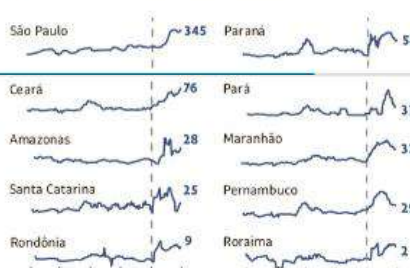
Número de pessoas vacinadas com ao menos a primeira dose mais que dobrou em relação a maio

Vacinados no Brasil com ao menos uma dose*



Estados com aumento de mais de 90% no número de vacinados em junho

Em média móvel de vacinados com ao menos uma dose, em milhares



*quem tomou a primeira dose ou vacina de dose única. Fonte: Consórcio de veículos de imprensa e Ministério da Saúde

representam uma fatia consideravelmente menor de participação no programa brasileiro: 9% são vacina da Pfizer e 0,01% é da Janssen, que só chegou ao país em 22 de junho.

O número absoluto alto de vacinas aplicadas, porém, esconde desafios e atrasos. O governo Jair Bolsonaro (sem partido) recusou diversas ofertas de vacinas no ano passado, impedindo que a imunização começasse antes.

Uma série de emails entregue pela Pfizer à CPI da Covid em caráter sigiloso mostrou a insistência da farmacêutica para negociar vacinas com o governo e a ausência de respostas conclusivas do Ministério da Saúde à proposta apresentada pela empresa no meio

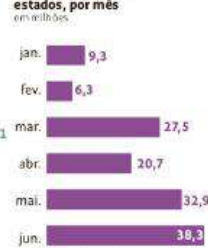
do ano passado.

Segundo os documentos da CPI da Covid obtidos pela Folha, a primeira oferta da empresa foi formalizada ao Brasil em 14 de agosto, com opções de 30 milhões e 70 milhões de doses, e tinha validade até o dia 29 daquele mês. O contrato com a Pfizer só foi assinado em março de 2021.

Sobre a Pfizer, Bolsonaro disse a frase já antológica: "Se tomar e virar um jacaré é problema seu. Se virar um superhomem, se nascer barba em mulher ou homem falar fino, ela [Pfizer] não tem nada com isso", afirmou em dezembro.

Além disso, desprezou, ironizou e criticou a Coronavac. Bolsonaro chegou a comemorar o fato de o estudo da vaci-

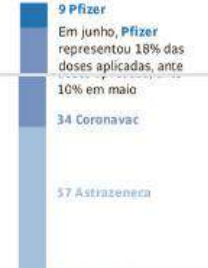
Doses enviadas aos estados, por mês



Em junho, chegou ao país a vacina da Janssen, aplicada em dose única

Doses aplicadas por laboratório

1ª dose ou dose única, em %, desde jan.



a Covid-19 não foram receber a segunda e estão com o esquema vacinal atrasado. Em maio e em junho, muitas capitais também interromperam a aplicação das vacinas por falta de doses.

Outros obstáculos são as variantes de preocupação — mesmo países com altas taxas de vacinação, como é o caso de Israel, tiveram que retomar restrições (como o uso de máscaras em locais fechados) ao ver o nível de contágios crescer devido às variantes.

O Brasil ainda mantém uma alta taxa diária de mortes e novos casos por Covid-19, junto com baixo isolamento social. Segundo o consórcio, nesta quinta-feira foram registrados 1.943 óbitos pela doença e 63,035 novos casos da doença. Ao todo, são 520.189 mortes e 18.622.199 pessoas infectadas pelo Sars-CoV-2 desde o início da pandemia.

A média móvel de mortes agora se encontra em 1,558 óbitos por dia — é o 12º dia consecutivo de queda no dado.

Número de vacinados maio que dobra de maio para junho

DELTA FOLHA

Flávia Faria e Diana Yukari

SÃO PAULO O Brasil mais que dobrou o número de pessoas vacinadas contra a Covid-19 em junho em comparação com maio. No mês passado, cerca de 28,4 milhões receberam ao menos uma dose do imunizante, contra 14 milhões no mês anterior.

Na prática, 13% dos brasileiros com mais de 18 anos se juntaram ao grupo de parcialmente vacinados no último mês, contra 6% em maio. No total, são mais de 45% dos adultos com no mínimo uma dose desde o início da campanha.

Desde o dia 17, a média móvel passa de 1 milhão de pessoas vacinadas por dia com a primeira dose ou com a vacina de dose única da Janssen (disponível desde a semana passada). No mesmo período de maio (do dia 17 ao dia

30), a média girava em torno de 460 mil aplicações por dia.

Os dados são das secretarias estaduais de Saúde, coletados pelo consórcio de veículos de imprensa formado por Folha, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1.

Alguns dos motivos para a aceleração na vacinação são a disponibilidade de vacinas e o tipo de imunizante oferecido.

Houve um aumento de 16% no número de doses entregues aos estados na comparação com maio, segundo dados do Ministério da Saúde.

Além disso, em junho houve mais remessas da vacina da Pfizer, cujo intervalo entre doses adotado no Brasil é de três meses. Como as primeiras chegaram no fim de abril, ainda não houve aplicação do reforço, e os imunizantes que chegam ao país têm sido usados como primeira dose.

No mês passado, os imunizantes da Pfizer representaram 18% do total de aplicações da primeira dose, ante 10% em maio. Já as vacinas da AstraZeneca e da Coronavac, que integram a campanha desde janeiro, têm parte das remessas destinadas à aplicação da segunda dose, para completar o esquema vacinal.

Em junho também foi repassado pela primeira vez cerca de 1,5 milhão de doses da Janssen, uma vacina que não necessita de reforço. Dessas, ao menos 500 mil haviam sido

aplicadas até a quarta (30).

Entre os estados, 17 tiveram aumento de ao menos 90% no número de vacinados com ao menos uma dose no mês passado. Quem mais se destacou foi Roraima, que aumentou 61% a quantidade de imunizados: foram 37 mil em maio, contra 263 mil em junho.

Em seguida vem o Ceará, que vacinou 1,5 milhão de pessoas no último mês, 1,2 milhão a mais que em maio (aumento de 35%).

O governador do estado, Camilo Santana (PT), afirmou que pretende vacinar todos os adultos com ao menos uma dose até o fim de agosto. Nesta semana, Fortaleza está imunizando pessoas com 76 anos ou mais.

Já João Dória (PSDB-SP), afirmou que todos os paulistas com mais de 18 anos receberiam a primeira dose ou a dose única até setembro. O calendário na capital, contudo, já sofreu alterações por falta de imunizantes para cumprir o planejamento.

Até esta quinta (1º), o estado havia imunizado cerca de 55% dos paulistas adultos com parte do esquema vacinal, e quase 22% estão totalmente vacinados.



Convergência. No 1º debate da série 'Primárias', realizado pelo CLP em São Paulo, em parceria com o 'Estadão', crise energética, SUS e desmatamento também motivaram análises

PRESIDENCIÁVEIS DEFENDEM REFORMAS TRIBUTÁRIA E POLÍTICA

Ciro, Leite e Mandetta discutem caminhos possíveis para a superação das crises sanitária e econômica

Os presidenciáveis **Ciro Gomes (PDT)**, **Luiz Henrique Mandetta (DEM)** e **Eduardo Leite (PSDB)** convergiram mais do que discordaram em caminhos possíveis para a superação das graves crises sanitária e econômica do País. No primeiro debate da série Primárias, realizado ontem, em São Paulo, pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em parceria com o **Estadão**, os três potenciais candidatos em 2022 defenderam a necessidade de uma reforma tributária e mudanças no sistema político nacional como essenciais para a retomada do crescimento e o estabelecimento de um ambiente político mais estável.

Marcado pelo tom propositivo, o encontro mediado pelo cientista político e presidente do CLP, **Luiz Felipe d'Ávila**, expôs também os temas e bandeiras que eles pretendem apresentar neste período ainda distante da campanha eleitoral do ano que vem: **Ciro**, ex-ministro e ex-governador do Ceará, reiterou a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento. **Leite** ressaltou a defesa do equilíbrio fiscal, citando, sempre que pode, sua experiência como governador do Rio Grande do Sul; **Mandetta**, se destacou pela crítica contundente ao governo do presidente **Jair Bolsonaro**, que chegou a integrar como ministro da Saúde.

Os três avaliaram que, para além da tragédia sanitária, a pandemia exige respostas imediatas nos campos econômico e social e discutiram questões como crise energética, Sistema Único de Saúde (SUS), desmatamento da Amazônia e desenvolvimento. Escolhido por sorteio, **Mandetta** foi o primeiro a falar, defendendo uma reforma tributária, para que o Brasil não seja "um inferno fiscal". Ele disse também que os programas de suporte social devam ser continuados. "Vamos ter de fazer transferência de renda por um bom tempo porque as pessoas estão passando fome", afirmou. **Mandetta** pediu ênfase no setor de construção civil.

● Debate



Ciro Gomes (PDT)
Ex-governador e ex-ministro
"Houve muitas crises na história brasileira, mas o acúmulo desse genocídio, desastre social e econômico e desastre moral, afirmam claramente para nós que nós estamos diante da pior de todas."



Eduardo Leite (PSDB)
Governador do Rio Grande do Sul
"A vacinação é o primeiro passo para que se possa ter tranquilidade para pensar o crescimento para além da recuperação pós-pandemia."



Luiz Henrique Mandetta (DEM)
Ex-ministro da saúde
"Vamos ter de fazer transferência de renda por um bom tempo porque as pessoas estão passando fome."

Ciro Gomes afirmou que quer "desenvolver o País uma noção de projeto nacional de desenvolvimento. "Hoje, ninguém sabe para onde o Brasil está indo em nenhum setor". Ele disse que, se eleito presidente, tomaria três providências: o socorro às famílias em dificuldades, o socorro às empresas "colapsadas" e a elaboração de um plano de R\$ 3 trilhões em dez anos para retomar o crescimento.

Leite lembrou que não se pode crescer sem implementar uma política nacional de imunização. Para ele, "a vacinação é o primeiro passo para que se possa ter tranquilidade para pensar o crescimento para além da recuperação pós-pandemia".

Em resposta a uma questão sobre a proposta de semipresidencialismo encampada pelo ex-presidente **Michel Temer**, **Leite** lembrou que o PSDB mantém a bandeira do parlamentarismo, mas que este é um processo longo. Destacou que a instabilidade política gera riscos econômicos e defendeu que o próximo presidente da República não se candidate à reeleição.

"A gente não pode banalizar o impeachment, mas não pode permitir que se banalize a Presidência da Repú-

blica", afirmou, ressaltando que as atuais denúncias "merecem ter toda a atenção para, se for o caso inevitável, dar curso ao processo de impeachment". "A primeira maldade que fizemos na condução dessa pandemia foi a quebra do pacto federativo", completou **Mandetta**. "O governo fez uma intervenção militar sem preparo técnico para se ausentar do processo. Isso causou uma enorme ruptura no nosso sistema de saúde".

Diante das denúncias de suposta cobrança de propina para a compra de imunizantes, o ex-ministro da Saúde afirmou também: "Além de não adquirir, de atrasar, ainda coloca sob suspeição o uso de corrupção do dinheiro público na compra. Partir para negociações na compra de vacina me parece que esse é o crime principal".

● Orientação

Eduardo Leite disse ontem pelo 1º vez em público que é gay, durante o programa Entrevista com Bial, da TV Globo. "Sou gay e sou um governador gay. Não sou um 'gay governador', tanto quanto **Obama** não foi um 'negro presidente'."

Mandetta reconheceu que o País vive uma dualidade: presidencialismo com Congresso forte. E disse que seria interessante a adoção de mecanismos do parlamentarismo, como o voto de desconfiança. "Sem a reforma política o Brasil caminha para a divisão", afirmou o ex-ministro.

Em outros momentos do debate, **Ciro** defendeu taxar grandes fortunas - acima de 20 milhões. **Mandetta** disse temer a fuga de capitais.

Nas considerações finais, o presidenciável do PDT defendeu união em torno de um projeto comum. **Mandetta** também falou em diálogo. "Tem caminho, tem união, gente que está a fim de fazer e tem pressa." **Leite** concluiu defendendo que o Brasil volte ao centro com políticas ambientais, ações de proteção social e respeito à diversidade.

Exames. Os três participantes se submeteram a exames da covid-19 e testaram negativo assim que entraram no teatro D. O esquema sanitário do debate foi rigoroso. Não houve participação do público e restrição de assessores. Uma vez feito o teste, não era mais permitido sair do teatro.

Debatedores preferem distância dos atos de rua pelo impeachment

Os três pré-candidatos à Presidência identificados com o centro político nacional que participaram ontem do debate "Primárias" promovido pelo Estadão em parceria com o Centro de Lideranças Políticas (CLP), os ex-ministros **Ciro Gomes (PDT)** e **Luiz Henrique Mandetta (DEM)** e o governador **Eduardo Leite (PSDB)**, disseram que não pretendem participar dos atos de rua convocados para amanhã por organizações e partidos de esquerda para pedir o impeachment do presidente **Jair Bolsonaro**. Entre os participantes do debate, apenas **Ciro** se disse favorável ao movimento pluripartidário que reuniu lideranças da esquerda, centro e direita em um "superpedido" protocolado nesta semana na Câmara dos Deputados.

Ciro disse ter um sentimento dúbio em relação aos atos. "De um lado, considero que o Brasil ainda não superou a pandemia. Mas, de outro, o Bolsonaro está destruindo a nação brasileira. Entre um valor e outro, estou dizendo às pessoas que pensem nisso e, se resolverem ir, que vão, mas com muito cuidado. Nesse momento estou decidido que não é correto eu ir, mas vou consultar as pessoas", disse **Ciro**.

"Tenho vários relatos de pessoas que foram às manifestações e saíram porque se sentiram onstrangidas. Colocaram adesivos de Lula ou movimentos ligados a partidos políticos. Isso acaba nos afastando. Pelo nível de insatisfação da população, se não fosse a cooptação por movimentos, muito mais gente estaria nas ruas", afirmou **Leite**. Já **Mandetta**, que foi ministro de Saúde de Bolsonaro, mas rompeu com o presidente, foi contundente. "Tenho evitado aglomerações. Não sei se está na hora de aglomerar. Não sei quem vai, mas o vírus vai estar lá." / PEDRO VENCESLAU

Mercado Bitcoin recebe aporte de R\$ 1 bi

Arcanis Merli II

O fundo Softbank fechou acordo para investir US\$ 200 milhões (R\$ 1 bilhão) na plataforma de criptomocedas brasileira Mercado Bitcoin. Este é o maior aporte do fundo no setor na América Latina, segundo nota. Com o investimento, o grupo

2TM, holding que controla o Mercado Bitcoin, passa a ser avaliado em US\$ 2,1 bilhões – tornando-se o oitavo unicórnio mais valioso da América Latina.

O Mercado Bitcoin vai utilizar esses recursos para alcançar cerca de 700 funcionários até o fim de 2021. Outra meta é acelerar o crescimento de empresas

do grupo, como a carteira digital Meubank e a Bitrust – ambas em fase de aprovação pelo Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), respectivamente.

Dos 2,8 milhões de clientes que possui atualmente, 700 mil chegaram entre janeiro e maio deste ano. Durante o mesmo pe-

ríodo, a plataforma alcançou R\$ 25 bilhões em volume transacionado, mais do que todo o valor registrado nos sete primeiros anos do negócio.

Em alta. Com o novo aporte na dona do Mercado Bitcoin, a XP Investimentos atualizou o preço-alvo para a G2D Invest-

ments de R\$ 7 para R\$ 9 por ação. A G2D, veículo de investimento controlado pela GP Investments e focado em empresas de inovação, possui cerca de 3,5% do capital social do negociadora de criptoativos.

“Acreditamos que a empresa deve negociar com zero de deságio em relação ao NAV, devido ao alto potencial de crescimento da carteira”, apontam os analistas da XP para justificar o aumento do preço-alvo.

Link

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/07/02/fiocruz-obtem-ifa-para-20-milhoes-de-doses-extras.ghtml>

Fiocruz obtém IFA para 20 milhões de doses extras

Acordo com a AstraZeneca vai impedir a paralisação na produção de vacinas da fundação

Por Lucianne Carneiro e Alessandra Saraiva — Do Rio
02/07/2021 05h01 · Atualizado há uma hora



A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) fechou novo acordo com a AstraZeneca para compra de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) importado, que será suficiente para produzir mais 20 milhões de doses de vacina contra a covid-19. O compromisso se soma a um recente, que permitia produção de 50 milhões de doses. Com isso, ao todo, a Fiocruz afirma que vai garantir 70 milhões de doses a mais, que serão entregues no segundo semestre, e se somam ao que será produzido com o IFA nacional.



Apresentado por Santander

Al Gore: “Seremos capazes de criar um futuro sustentável”

A entrega desse IFA importado para as 20 milhões de doses foi confirmada para os meses de agosto e setembro, o que descarta o risco que havia de interrupção de produção de vacinas por falta de insumo. Os demais lotes do material - para as 50 milhões de doses restantes - serão enviados entre outubro e dezembro.

Link	https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/07/02/avanco-da-variante-delta-e-risco-para-o-pais.ghtml
------	---

Avanço da variante Delta é risco para o país

Para especialistas, circulação de cepa indiana por localidades com quem o Brasil tem contato intenso aumenta vulnerabilidade

Por Leila Souza Lima — De São Paulo

02/07/2021 05h01 · Atualizado há uma hora

O avanço da variante Delta do coronavírus pelo hemisfério Norte coloca o Brasil em alerta, afirmam especialistas. Embora sua transmissão comunitária ainda não tenha sido detectada no país, a cepa, originária da Índia pode se tornar dominante. E assim como outras mutações que surjam, é ameaça enquanto o contágio se mantiver em alta e a população estiver vulnerável, advertem. Só com a aceleração da vacinação - aliada à intensificação de medidas sanitárias preventivas - será possível impedir grande número de mortes e até uma nova onda de covid.



Apresentado por Santander

Al Gore: “Seremos capazes de criar um futuro sustentável”

GRÁFICOS

VEÍCULOS

